

Gustavo Luís de Moura Chagas

**Regulação burocrática profissional,
deveres e direitos dos professores do
ensino superior privado: um estudo de
caso**

MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Gustavo Luís de Moura Chagas

**Regulação burocrática profissional,
deveres e direitos dos professores do
ensino superior privado: um estudo de
caso**

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de MESTRE

Orientação

Professora Doutora Anabela de Barros Pinto Sousa

MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador e autor da vida!

Aos meus filhos amados e à minha esposa, que suportaram períodos de minha ausência e vem há anos me apoiando do jeitinho deles para realizar esse sonho.

A minha mãe, e à minha irmã.

Aos meus amigos e colegas de turma, pela força e estímulo para continuar esta jornada.

À Professora Doutora Anabela de Barros Pinto Sousa, minha orientadora, pelo profissionalismo com que me conduziu nesta academia.

Ao Coordenador do Mestrado em Educação do Instituto Politécnico do Porto (IPP), Professor Doutor João Paulo Ferreira Delgado, por sua disponibilidade em nos conduzir nesta empreitada.

Aos colegas do UNISUCCESS, que se disponibilizaram e colaboraram respondendo aos questionários e entrevistas para a realização deste estudo.

À Professora Doutora Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo, pela ajuda e acompanhamento durante a consecução destes estudos.

E a todos que, direta ou indiretamente, me ajudaram na realização dessa empreitada.

A principal característica regulatória da educação superior brasileira é o foco na oferta de vagas e autorização dos cursos. O desenho institucional privilegia as informações decorrentes das avaliações promovidas pelo INEP, via SINAES, informações declaradas pelas entidades e instituições pleiteantes, todas registradas no Sistema Eletrônico eMEC – sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações que funciona como um grande cadastro, onde são inseridas e estão registradas todas as informações institucionais relevantes e as decisões da área reguladora.

Nunes (2012, p.16)

RESUMO

Este trabalho analisa a regulação burocrática profissional, com enfoque nos deveres e direitos dos professores no ensino superior privado, procurando destacar este contexto no qual os docentes estão submetidos. O lugar da pesquisa foi uma instituição de ensino superior brasileira localizada em São Luís, capital do Estado do Maranhão, salientando as características do setor privado com o objetivo de identificar os dilemas a que estão submetidos os professores no sistema universitário privado do país, posto que não possuem estabilidade de emprego, não dispõem de regulamentação adequada às atividades específicas que desempenham; não têm no magistério superior sua ocupação principal que assegure os recursos integrais para a subsistência e não apresentam um processo formativo adequado e voltado para as necessidades da atividade docente, apesar de maioritariamente possuírem algum tipo de pós-graduação. A metodologia adotada é de matriz qualitativa com assente no estudo de caso, com recurso à observação, e a entrevista semi-estruturada, recorrendo à triangulação dos dados como técnica para análise dos dados recolhidos. Os resultados permitem afirmar que o processo de regulação dos profissionais do ensino superior é do tipo burocrática e possui características diferenciadas. Ressalta-se que os professores das instituições privadas não conseguem firmarem-se como profissionais, no que diz respeito aos direitos legalmente assegurados nas suas entidades de representação e não possuem uma estrutura sistemática de atuação profissional.

Palavras-Chaves: Regulação Burocrática. Deveres e Direitos. Ensino Superior Privado.

ABSTRACT

This paper analyzes bureaucratic professional regulation, focusing on the duties and rights of teachers in private higher education, trying to highlight this context in which teachers are submitted. The research site was a Brazilian higher education institution located in São Luís, capital of the State of Maranhão, highlighting the characteristics of the private sector in order to identify the dilemmas faced by teachers in the country's private university system. they do not have job stability, they do not have adequate regulation for the specific activities they carry out; do not have in their higher education their main occupation that ensures the integral resources for subsistence and do not present an adequate training process and directed to the needs of the teaching activity, although they have some type of postgraduate degree. The methodology adopted is based on the qualitative matrix based on the case study, with the use of observation, and the semi-structured interview, using the triangulation of the data as a technique to analyze the data collected. The results allow us to affirm that the process of regulation of higher education professionals is bureaucratic and has different characteristics. It should be emphasized that teachers of private institutions can not establish themselves as professionals, with regard to rights legally ensured in their representation entities and do not have a systematic structure of professional performance.

Keywords: Bureaucratic Regulation. Duties and Rights. Private Higher Education.

ÍNDICE

Lista de Siglas	xi
Índice de Gráficos	xiii
Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico	7
1.1. Percurso teórico-conceitual sobre regulação profissional no ensino superior privado: uma regulação do tipo burocrático	7
1.2. Regulação burocrática no ensino superior privado: o que dizem as pesquisas	19
1.3. Deveres, direitos e valorização profissional no ensino superior privado	23
1.4. A gestão da regulação do trabalho docente nas instituições de ensino superior privadas	28
Capítulo II – Estudo Empírico	35
2.1. Problema e sua justificação	35
2.2. Objetivos	36
2.3. Metodologia	36
2.3.1. Pesquisa qualitativa	36
2.3.2. Estudo de caso	38
2.3.3. Lugar e o local da pesquisa	40
2.3.4. Participantes	44
2.4. Técnicas de recolha de dados	45
2.5. Técnicas de tratamento de dados	50
2.6. Confiabilidade e validade	54
Capítulo III – Apresentação e Discussão dos Resultados	57

3.1. Análise da Entrevista com a Diretora Pedagógica dos cursos de Graduação da Unisuccess	71
Considerações Finais	77
Bibliografia	83
Apêndices	95

LISTA DE SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação Das Leis Trabalhistas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
e.MEC	Sistema Eletrônico de Cadastro da Educação Superior
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Investimento na Educação Superior
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição De Ensino Superior
IES	Instituição de Educação Superior
IF	Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
IFET	Institutos Federais de Educação Profissional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPO	Initial Public Offening
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação

PPP	Projeto Político Pedagógico
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SEMESP	Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior Privado
SERES	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SESu	Secretaria de Educação Superior
SESU	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINEPE	Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado
UFP	Universidade Federal de Passo Fundo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFRA	Centro Universitário Franciscano
UNISINOS	Universidade Vale do Rio dos Sinos

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição por gênero dos respondentes	61
Gráfico 2: Distribuição por intervalo de idade	61
Gráfico 3: Tempo de formação superior	62
Gráfico 4: Tempo na instituição	62
Gráfico 5: O ensino superior está de acordo com a legislação vigente	64
Gráfico 6: Característica da regulação do Estado brasileiro feita pelo MEC	64
Gráfico 7: Objetivos da regulação burocrática sobre os profissionais de ensino das IES privadas	65
Gráfico 8: A regulação profissional burocrática das IES privada pode ser vista como controladora?	66
Gráfico 9: Há regulação profissional burocrática mediadora do processo educativo nas IES privadas?	67
Gráfico 10: Direitos garantidos pela instituição	68
Gráfico 11: Os pontos de conflito para garantia dos direitos dos profissionais do ensino superior privado	69
Gráfico 12: O que tem sido realizado para garantir os direitos dos profissionais do ensino superior privado?	70
Gráfico 13: Em que proporção os profissionais do ensino superior privado cumprem seus deveres?	70

INTRODUÇÃO

O ensino superior particular no Brasil data de 1920, período marcado pela modernização do país e pelas grandes transformações econômicas decorrentes da industrialização, as quais exigiram a renovação cultural da sociedade. É nesse contexto que se estabelecem no Brasil as primeiras instituições particulares privadas, religiosas ou confessionais e filantrópicas com vistas a oferta do ensino superior particular (Soares, 2002).

Em 1933, já existiam no país 44% das matrículas nas instituições privadas particulares e/ou filantrópicas e confessionais dos 60,0% de estabelecimentos de ensino superior existentes. Esse panorama deveu-se ao governo do Dr. Getúlio Dorneles Vargas (Presidente do Brasil de 1930 a 1945), o qual apoiou e incentivou à iniciativa privada a criação de estabelecimentos de ensino superior próprios, embora sob a supervisão governamental (Soares, 2002).

Dessa forma, as políticas de incentivo à fundação e manutenção de instituições de ensino superior privadas, desde seu início, foram reguladas e baseadas em normas, a fim de permitir que os sistemas educacionais, de âmbito nacional e local, se submetessem às novas orientações do Estado Nacional que se propunha formar quadros de funcionários a serviço do capital nacional, ideário do Estado Novo de Vargas (Soares, 2002).

Com a reforma do Estado Novo (período do governo Vargas, 1937-1945) para se adequar a essa nova fase do capitalismo, houve a desregulação das normas existentes e, conseqüentemente, o estabelecimento de novas regulações que pudessem estabelecer dentro de outra lógica o equilíbrio necessário para o funcionamento do sistema educacional a nível superior (Soares, 2002).

Uma das características marcantes dessa reforma é a modificação da administração, que deixa de ser teoricamente burocrática e centralizadora, para ser gerencialista e descentralizada. Isso quer dizer que o Estado deixou de

executar uma série de atividades que até então lhe eram pertinentes, ficando com a responsabilidade de estabelecer as metas a serem atingidas e criando mecanismos de controle dos resultados obtidos.

Essas mudanças fizeram nascer, segundo Afonso (2001), o Estado regulador em razão do novo papel que o Estado passou a desempenhar nesse período da pós-reforma do Estado Novo. Nesse sentido, o conceito de regulação é explicitado por Maroy & Dupriez (2000), como o processo de produção de regras e de orientação das condutas dos atores que estão implicados no contexto das instituições de ensino superior privado. De modo que a regulação seja entendida como “um conjunto de mecanismos que permitam o controle, por meio do qual o sistema educacional nacional buscava manter o equilíbrio, ou orientação das ações dos sujeitos em situação de serviço nas instituições de ensino superior particular” (Lessard, 2006, p.11).

Para Sampaio (2009) desse período até aos dias atuais o ensino superior privado alcançou uma posição majoritária no sistema educacional nacional, com mudanças significativas as quais expressam a melhoria da qualidade da oferta do ensino superior nesta Instituição de Educação Superior (IES) mediante a regulação-burocrática pela qual tem passado o ensino superior brasileiro de um modo em geral e o ensino superior privado em especial.

Assim o ensino superior privado chegou ao século XXI com grandes desafios à sua frente, dentre eles, manter-se atuando mediante a diminuição de suas demandas ocasionada pelas alterações econômicas que o País tem enfrentado nos últimos anos e, ao mesmo tempo, acirrar a luta pelo acesso e permanência dos alunos nas instituições de ensino superior, bem como manter um quadro de profissionais qualificados que atendam as exigências do setor educacional vigente.

Atualmente, segundo, Oliveira & Yannoulas (2013),

A regulação do Estado é consequência do ciclo de reformas iniciadas no limiar da década de 1990, dentro das propostas de governos neoliberais, de transferência da responsabilidade estatal à esfera privada, como meio

proeminente à regulação e ao auto ajuste do mercado (Oliveira & Yannoulas, 2013, p.115).

Esta regulação, na acepção de Maroy (2005 citado por Maués, 2009), inclui o sentido de “autoridade reconhecida”, ou seja, institucional e política. Isto se traduz por um conjunto das regras formuladas por um poder que é aceite e que representa, em última instância, o Governo, com seu Ministro da Educação ou, no caso do sistema educacional, em nível intermediário, o secretário de educação, ou, ainda, em nível local, o gestor da instituição.

O surgimento da regulação denominada pós-burocrática, em substituição à burocrática-profissional é apontado como uma mudança dos sujeitos que estabelecem as normas. Enquanto esta última significa que as normas eram estabelecidas pelo Estado em parceria com os professores, ou com as associações que os representavam, em relação à nova forma de regulação pós-burocrática aparece o Estado-controlador. No primeiro modelo (burocrática-profissional), a regulação representa,

Diferentes arranjos institucionais, definidos, promovidos ou autorizados pelo Estado, tais como as regras e leis, o poder e as competências delegadas a autoridades locais, às hierarquias dos estabelecimentos escolares ou às organizações profissionais, os dispositivos de controle e de avaliação, mas também os dispositivos de coordenação pelo jogo do mercado, do quase mercado, constituem então os modos de regulação do sistema. Eles contribuem para coordenar e orientar a ação dos estabelecimentos, dos profissionais, das famílias na distribuição de recursos e interdições (Maroy, 2005, p. 1 citado por Maués, 2009, p. 3).

Nesse modelo acima explicitado, o Estado não desaparece, ao contrário, tem o papel de definir os objetivos do sistema e o conteúdo do currículo do ensino. Entretanto, ele delega aos estabelecimentos autonomia para escolherem os meios adequados para alcançar esses objetivos.

Quanto ao modelo de regulação pós-burocrática, o Estado – controlador – passa a governar pelos resultados, estabelecendo os objetivos e instituindo um sistema de avaliação externa das condições de funcionamento dos

estabelecimentos de ensino e um sistema de incentivos simbólicos ou materiais, e mesmo de sanções, para favorecer a realização ou a melhoria do “contrato” realizado entre o Estado e o serviço de educação.

As regulações podem ser resultantes de variados fatores, mas tendo em comum a preocupação em realizar um ajuste, de estabelecer regras de acordo não somente com o Estado, mas também com o mercado, por isso podem apresentar características diferentes.

Lessard (2006) também denomina essa regulação de *New Public Management* (Nova Gestão Pública), cujos princípios são a descentralização, a parceria, os resultados, a excelência da performance, dentre outros e que são transportados para o setor educacional, pelo fato de que esses princípios são eficientes na iniciativa privada.

Na área da educação, a regulação se baseia prioritariamente na descentralização das ações, acompanhada da avaliação dos resultados e da centralização de decisões relativas ao processo pedagógico como o currículo e as formas de certificação.

Dessas bases centrais – descentralização/gestão e avaliação – derivam outras formas intermediárias de regulação, que estão presentes na educação e que as diferentes políticas estabelecidas procuram dar conta, tomando por base a adaptação do sistema ao mercado globalizado.

A análise de algumas dessas regulações definidas pelas políticas educacionais é o objeto deste trabalho, resultante de uma pesquisa bibliográfica/documental e empírica que buscou identificar as relações existentes entre a reforma do Estado, as tendências da educação traduzidas pelas políticas educacionais pós 1990 e o estabelecimento de novas regulações, no tocante aos direitos e deveres dos professores mediante o trabalho docente que desenvolvem.

Assim, as questões de partida, são:

- Questão principal - Quais são os elementos de regulação profissional que permitem articular os direitos e deveres dos professores às determinações oriundas das mudanças no ensino superior privado?

Sub-questões:

- Quais as condições atuais do ensino superior privado no Brasil?
- Como se apresenta a regulação burocrática profissional oriunda dos órgãos reguladores do ensino superior privado no Brasil?
- Quais os direitos que estão garantidos e exigidos aos professores do ensino superior privado a partir da regulação pós-burocrática instituída pós LDB 9.394/96?
- Quais os deveres que estão garantidos e exigidos aos professores do ensino superior privado, a partir da regulação pós-burocrática instituída pós LDB 9.394/96?

Mediante estas questões investigativas foram definidos os objetivos:

Objetivo Geral: Identificar os elementos de regulação profissional que permitem articular os direitos e deveres dos professores às determinações oriundas das mudanças no ensino superior privado.

Objetivos Específicos:

- Conhecer as condições atuais do ensino superior privado no Brasil.
- Caracterizar a regulação burocrática profissional oriunda dos órgãos reguladores do ensino superior privado no Brasil.
- Destacar os direitos que estão garantidos e são exigidos aos professores do ensino superior privado, a partir da regulação pós-burocrática instituída pós LDB 9.394/96.
- Enumerar os deveres que são garantidos e exigidos aos professores do ensino superior privado, a partir da regulação pós-burocrática instituída pós LDB 9.394/96.

Esta dissertação com vista à obtenção do grau de mestre em Administração das Organizações Educativas está organizada em três Capítulos denominados Enquadramento Teórico, Estudo Empírico e Análise e Discussão dos Resultados. O Enquadramento Teórico encontra-se organizado em três dimensões, no item 1.1 apresenta-se o percurso teórico-conceitual sobre o ensino superior privado; no item 1.2 aborda-se a Regulação do ensino superior privado no Brasil; no item

1.3 discute-se o que dizem as pesquisas acadêmicas sobre regulação burocrática profissional no ensino superior privado e no item 1.4 reflete-se acerca dos Deveres, Direitos e valorização profissional no ensino superior privado.

No Capítulo II denominado Estudo Empírico apresenta-se o Problema da investigação e sua justificativa, os Objetivos da investigação, a metodologia, que versa sobre a pesquisa qualitativa tomando por referência o estudo de caso, caracterizam-se os participantes da pesquisa bem como o lugar da mesma, em seguida abordamos se as técnicas de recolha de dados e de tratamentos dos dados. Discorre-se sobre a confiabilidade do material produzido e sua validade interna e externa.

No Capítulo III, intitulado Análise e Discussão dos resultados apresenta-se uma reflexão sobre os resultados obtidos na recolha em diversas fontes, documentos oficiais, e em fontes obtidas através da observação direta, da aplicação de inquéritos por questionário e de entrevista semiestruturada. Por fim, apresentam-se as Considerações Finais e finaliza-se com a apresentação das Referências Bibliográficas e dos Apêndices e Anexos ao trabalho.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Percurso teórico-conceitual sobre regulação profissional no ensino superior privado: uma regulação do tipo burocrático

A partir da segunda metade de 1990, em particular, ocorreu no Brasil uma reforma educacional para garantir a transferência de alguns serviços públicos para a iniciativa privada, cabendo ao Estado a regulação da oferta desses serviços educativos. Nesse contexto, este trabalho de investigação procura analisar e refletir sobre a regulação profissional nessas instituições de ensino superior privadas.

Instituições de Ensino Superior (IES) é o nome dado àquelas instituições que ministram educação superior no Brasil, tais como universidades, faculdades, escolas, institutos, e que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 classificam-se em categorias administrativas, denominadas públicas e privadas.

Instituições de ensino superior privadas e públicas são instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público e/ou privado, sendo as privadas mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e as públicas pelo Estado Nacional. Os últimos dados oficiais do Censo da Educação Superior (Inep, 2014) mostram que 87,4% das instituições de educação superior no Brasil são privadas, conforme podemos perceber na figura 1, a seguir.

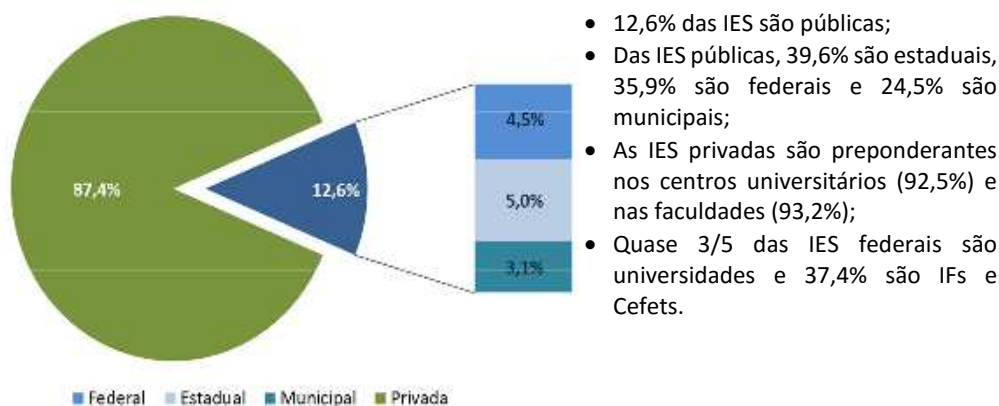


Figura 1: Percentual de instituições de educação superior por categoria administrativa – Brasil, 2014
Fonte: Inep (2014).

Conforme Barreyro & Rothen (2006), evidenciamos a implantação de um modelo de regulação centralizado no aparelho do Estado através de alguns mecanismos institucionais, dentre eles o Conselho Nacional de Educação (CNE), a Secretaria de Educação Superior (SESu) e o Departamento de Supervisão do Ensino Superior. Estes órgãos assumiram as prerrogativas de avaliar e executar as normas de criação/transformação de instituições de ensino superior.

Essas normas, contidas no Art. 45º da LDB e no Decreto 2.306/97, orientam o formato das IES públicas e privadas, além de terem permitido a expansão do sistema, em curto período de tempo, pela via privada, conforme Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006 que dispõe sobre o exercício da função da regulação, suspensão e avaliação do ensino superior brasileiro.

Regulação é um termo que na linguagem comum designa tanto o estabelecimento de regras, como a atividade de manter estabilizado um dado mecanismo ou sistema. Para Moreira (1997), regulação traduz-se numa atividade de estabelecimento de regras, que no cariz etimológico traz dificuldades e divergências quanto ao seu significado. Na tentativa de construção de um significado de consenso, destacam-se várias questões/dimensões fundamentais a consensualizar – o que se regula quem regula, como se regula e porque se regula – das quais resultam múltiplas

respostas, com os correspondentes conceitos com amplitude e significado distintos.

Para Antunes (2007, p.21),

Regulação é o conjunto de atividades destinadas a produzir concordância entre comportamentos individuais e coletivos, por meio da definição de padrões e regras de funcionamento das instituições, através da mediação dos conflitos sociais e da limitação das distorções produzidas pelo processo de desenvolvimento.

As atividades de regulação são desenvolvidas em diversas instâncias e lugares, sendo que quando se trata de regulação por parte do Estado, esta é geralmente compartilhada com os diferentes atores, sobre os quais este detém autoridade. No Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foram implementadas agências reguladoras para superar a regulação burocrática e ineficiente do Estado e, no governo Lula estas regulações caracterizaram-se pelas parcerias público-privadas das instituições de ensino superior, através da Lei nº. 11.079/04, tomando por base a Constituição Federal (CF) de 1988.

A Constituição de 1988 declarou o ensino livre à iniciativa privada, atrelado ao cumprimento das normas gerais da educação, tanto quanto à “autorização quanto a avaliação de qualidade pelo poder público” (art. 209, §2º), incorporando, dessa forma, a avaliação como um requisito de funcionamento e de regulação (Brasil, 1988). Ao regulamentar esse preceito constitucional, a LDB nº 9.394/96 limitou o período de validade do credenciamento das IES, bem como da autorização e reconhecimento de cursos, instituindo que as renovações são realizadas periodicamente “após processo regular de avaliação” (art. 46º).

Barroso (2005, p. 153) afirma que “A regulação no sistema educativo não é um processo único, automático e previsível, mas sim um processo compósito que resulta mais da regulação das regulações, do que do controle direto da aplicação de uma regra sobre ação dos regulados”.

O termo adequado nesse caso seria “multi-regulação”, na qual os ajustamentos e reajustamentos decorrentes dos processos de interação dos vários dispositivos reguladores resultam dos interesses, estratégias e lógicas de ação dos diferentes grupos de atores, por meio dos processos de confrontação, negociação e recomposição de objetivos e poderes.

Para a realização da regulação é necessário verificar a correspondência entre os dados e as informações obtidas e o que ficou estabelecido nas normas acordadas. Existe, dessa forma, uma relação intrínseca entre a regulação, as informações e os juízos gerados pela avaliação.

De acordo com Sousa (2012), as primeiras avaliações feitas pelo Estado consistiam em atividades orientadas para estabelecer o controle sobre o cumprimento de metas, mas a progressiva complexidade e a expansão da economia globalizada levou o Estado a fazer uso de instrumentos cada vez mais sofisticados de avaliação, com o objetivo de orientar as políticas nacionais.

Nesse caso a aplicação de provas padronizadas e a prestação de contas pelas instituições de ensino superior têm sido os principais instrumentos utilizados pelo Estado, para aprimorar a oferta dos cursos superiores privados de acordo com as demandas do mercado de trabalho, com vistas à obtenção da melhoria das relações entre o que se quer e o que se consegue, no âmbito da profissionalização das demandas acadêmicas.

Tendo em vista o exposto, constatamos que, apesar de o processo de construção do PNE 2014-2024 ter tido caráter participativo e democrático, a incorporação no texto da Lei nº 13.005 de 2014 das propostas relativas à regulação e à avaliação no documento final da CONAE de 2014 se deu de forma diferenciada, embora estando presente em ambos documentos, pois no PNE vislumbramos uma preocupação maior com as metas e seu alcance.

Para Sampaio (2009), no Brasil o ensino superior privado, como já foi dito, surge com o Estado Novo, decorrente da política do governo de Getúlio Vargas, em 1930. Desde esse período até os dias atuais o ensino superior privado alcançou uma posição majoritária no sistema educacional nacional, com mudanças significativas, as quais expressam a melhoria da qualidade da oferta

do ensino superior nestas IES, mediante a regulação pela qual tem passado o ensino superior brasileiro de um modo em geral e o ensino superior privado em especial.

Esse setor chegou ao século XXI com um duplo desafio, manterem-se atuando e diminuir suas demandas, ocasionada pelas mudanças de poder econômico que o país vem enfrentando nos últimos anos. Este contexto social tem como incumbência não parar de crescer e acirrar a luta pela permanência dos alunos no interior do próprio setor, bem como manter um quadro de profissionais qualificados que atendam às exigências do setor educacional vigente.

Usufruindo da prerrogativa da autonomia universitária garantida pela CF de 1988, as instituições de ensino superior privadas aumentam e diminuem o número de vagas em conformidade com a demanda, criando e/ou extinguindo sua oferta, com base no mercado, onde as diversas modalidades de ensino e níveis de formação possam ser alocadas profissionalmente.

Para Sampaio (2009) no período 2000-2014,

A oferta de instituições de ensino superior privado e a oferta de cursos quase triplicaram visto que atualmente mais de 70% dos cursos de graduação no País são oferecidos pelo setor privado que passam por uma fase de glamourização, ganhando nomes estrangeiros e associando-se ao consumo do luxo para construir seus campos de saber (Sampaio, 2009, p.21).

Para o referido autor, atualmente, as IES privadas têm uma participação equivalente a 5.867.011 no total de matrículas nos cursos de graduação, enquanto a rede pública participa com 25,1% (1.961.002) desse total. O crescimento do número de matrículas foi 7,1% de 2013 para 2014, sendo 1,5% na rede pública e 9,2% na rede privada. As matrículas nos cursos de graduação da rede privada alcançaram, em 2014, a maior participação percentual dos últimos anos conforme vimos na Figura 1.

Em relação ao número de matrículas nos cursos de graduação distribuídas nos Estados brasileiros, podemos inferir a partir de Sampaio (2009) que a maior

abertura de matrículas desde 2003 se deu em 2014, conforme amostra na Figura 2, a seguir.

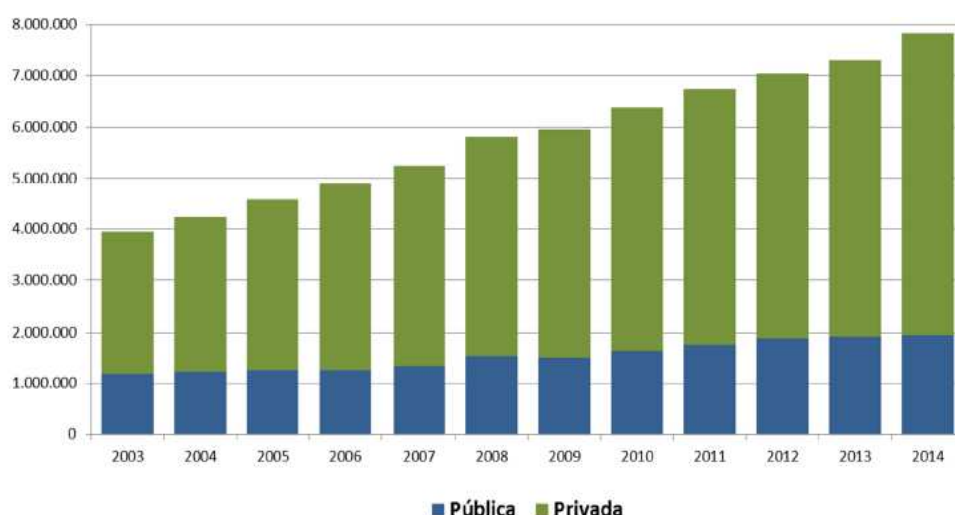


Figura 2: Número de matrículas em cursos de graduação de 2003 a 2014
Fonte: Inep (2014).

Sampaio & Klein (1994) destacam que, nesse quadro de expansão, os cursos presenciais de graduação estão presentes de forma intensa no setor privado, oferecendo aos jovens que concluem o ensino médio, cursos diversos, procurando explorar ao máximo a sua plasticidade, colocando no mercado pacotes de conhecimentos que podem ser consumidos de forma moderada ou compulsivamente por públicos de origens, idades, formações e interesses muito heterogêneos.

Para os referidos autores os cursos oferecidos a distância, sob a iniciativa do setor privado, cresceu em ritmo acelerado, embora essa modalidade de ensino só tenha sido implantada no país a partir do ano 2000. Tal facto talvez se deva à redução de custos que essa oferta demanda (Sampaio & Klein, 1994, p. 65).

No que se refere à pós-graduação, o setor privado quase duplicou a sua participação na oferta de cursos de mestrado neste século, enquanto o doutorado está alocado mais nas instituições públicas. Em 2008, cerca de 20% dos programas de mestrado já eram oferecidos por instituições privadas, que

não teriam atingido tais cifras se o setor privado não liderasse o empreendedorismo através da inovação, complementam os autores citados.

Vianey (2009) destaca que essas iniciativas introduziram novos elementos à dinâmica que o ensino superior privado tem estabelecido com o mercado neste século, com o aumento dos cursos de mestrado, de especialização, de MBAs, e a forte presença em todos os níveis da educação a distância, sugerindo que os cursos de graduação presenciais ou a distância são nichos do mercado privado, visto que estão dentro da regulação proposta pelo MEC, e assim dispõem de autonomia para aumentar ou fechar seus cursos e número de vagas.

Harvey (2013) destaca que,

[...] a relação do setor privado de ensino superior com a demanda de mercado parece estar em consonância com a produção *just in time* do capitalismo contemporâneo e do deslocamento da esfera da produção para a de consumo.

Roades (1987 citado por Sampaio, 2011, p. 39) corrobora quando diz que “os setores mais dinâmicos do ensino superior privado, a oferta de produtos, cada vez mais customizados, parece efetivamente induzir e manter de forma contínua a demanda por educação”.

Com base nesses estudos percebemos que nos últimos anos deste século XXI, as instituições particulares privadas de ensino superior prescindem dos serviços de seus professores e funcionários, numa escala nunca vista antes, seja pela diminuição do número de turmas de alunos, que acabam reunidos em uma única turma, ou deslocando-os entre os vários *campi* por conveniência gerencial, ou seja, pelos efeitos da evasão ou da inadimplência dos alunos, justificando a necessidade de cortar despesas.

Ao lado dessas notícias, Harvey (2013) destaca que os novos arranjos que se formam no setor no início deste século, principalmente sobre os grandes negócios envolvendo o ensino superior privado no Brasil, levam as instituições particulares a associarem-se a bancos privados para abrir seu capital fazendo o que chamam de “IPO” (*initial public offering*), utilizando investimentos em ações em bolsa de valores ou se associando a redes internacionais de educação.

Percebemos ainda, nessa perspectiva, a visão empreendedora dos mantenedores das instituições, quando investem seus lucros na infraestrutura da instituição ou em imóveis e terrenos, numa espécie de “acumulação primitiva do capital”, que aos olhos do capital internacional, demonstram que, para ter uma IES privada precisam ter lucros e saberem investir tais lucros em bons negócios.

Conforme dados obtidos no Mapa do Ensino Superior no Brasil (2015), produzido pelo Sindicato dos Mantenedores do Ensino Superior (SEMESP), hoje, de um total de 2.069 instituições privadas (que correspondem a quase 90% do total), 40% têm finalidade lucrativa, dessas, apenas 36 grupos educacionais até o momento abriram capital na bolsa de valores.

Embora seja um número pouco expressivo no universo das instituições privadas no Brasil, cada grupo controla muitos estabelecimentos de ensino que se espalham por todo o território nacional; no conjunto, esses grupos têm um peso considerável no sistema em termos de número de matrículas de ensino superior (SEMESP, 2015, p.15).

As novas possibilidades de negócios estão dando uma nova configuração ao ensino superior, tornando-o ainda mais heterogêneo. Somam à tradicional diferenciação do sistema (Clark, 1998) de natureza institucional (instituições isoladas, centros universitários ou sem finalidade lucrativa e, dentre estas, laicas comunitárias ou confessionais), de credo (católicas, protestantes etc.), novas segmentações cujos efeitos no sistema de ensino superior ainda estamos procurando conhecer, como é o caso das instituições “independentes” e das instituições tentáculos de grandes redes educacionais.

Dessa forma, dois movimentos estão em curso no setor privado, e de um lado uma concentração das matrículas no segmento universitário, em geral localizadas nos grandes centros urbanos das regiões Sudeste e Sul, embora as universidades privadas representem apenas 5% do total das instituições do setor, elas respondem por 60% das matrículas no setor.

Para Barreyro (2008; 2010) existe uma pulverização das matrículas em instituições de pequeno porte localizadas em diferentes regiões, Estados e

idades do interior. Um número considerável dessas instituições passou a integrar, por meio de aquisições e fusões, grandes grupos educacionais que, em razão disso, ganharam grande capilaridade.

De qualquer forma o cenário é competitivo, destaca Barreyro (2008), e nele os mantenedores “fundantes” de instituições privadas de ensino superior no País, continuam resistindo e disputando espaço, eles sabem que existe uma reserva de mercado para os grandes grupos e por isso reclamam da competição que estão enfrentando com os grandes grupos internacionais; ao mesmo tempo e, de forma pragmática, vislumbram nesse mesmo cenário competitivo a possibilidade de fazer um bom negócio, por vezes passando adiante as instituições de ensino superior que criaram ou herdaram.

Os grandes grupos têm características comuns, como o grupo Anhanguera Educacional Participações S.A. que em 2006 tinha 24 mil alunos e em 2010, já possuía 300 mil alunos. No Estado Maranhão, o UNISUCCESS que iniciou suas atividades em 1990, com os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Letras e Pedagogia iniciaram suas atividades com 3.424 candidatos disputando 400 vagas. Atualmente conta com 30.295 alunos espalhados pelo Estado do Maranhão tendo como média de mensalidade R\$ 800,00 a R\$ 8.400,00 dependendo do curso. Hoje, o UNISUCCESS é uma instituição sólida, que já formou mais de 18.000 profissionais, contribuindo assim para o desenvolvimento do Estado, através da colocação de profissionais no mercado de trabalho.

Esses dados podem ser corroborados pela publicação da OCDE (2010), na primeira década deste século, o número de matrículas no ensino superior quase duplicou, passando de 2.697.342 para 5.115.898, sendo que o maior crescimento ocorreu nos últimos 5 anos (Inep, 2014). No México, a taxa líquida de matrículas no ensino superior é de 20% e na Coreia do Sul de 72% (OCDE, 2010 citado por Sampaio, 2011).

O problema não se restringe ao Brasil, pois nos países da América Latina chegam ao ensino superior cerca de 50% dos jovens oriundos de famílias de maiores rendas, percentual que para os mais pobres, se situa entre 10% e 20%

segundo a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL); orgulham-se de garantir uma padronização pedagógica e de conteúdos nos cursos que oferecem para públicos distintos em diversas localidades; justificam os resultados positivos pela adoção de um modelo de governança no qual se combinam uma gestão administrativa centralizada e uma descentralização gerencial. Uma vez que operam em grande escala, outra vantagem que apontam, podem reduzir custos e cobrar menos de seus alunos clientes.

Essas mudanças no ensino superior privado acolhem a aceleração da economia no País e, ao mesmo tempo, dela beneficiam. A partir de 2006, cerca de 20 milhões de brasileiros passaram a pertencer à classe C, e o reflexo desse fenômeno foi imediato na educação superior visto que nos últimos oito anos, a participação de alunos da classe C nas instituições de ensino superior passou de 16% para 23%, o que corresponde a 2,1 milhões de novos alunos.

Ainda com base nas indicações anteriores, cerca de 70% dos que ingressaram no ensino superior o fez quatro anos após terem concluído o ensino médio. Sem dúvida, é esse novo contingente que está alimentando o crescimento do setor privado no País e orientando a nova configuração do sistema de ensino superior (SEMESP, 2015).

A participação crescente do setor privado nos sistemas nacionais de ensino superior, mediante processos de internacionalização do capital e de globalização da oferta de educação superior, é um fenômeno mundial (Scott, p. 1998). Entre 2000 e 2007, os investimentos privados em educação superior tiveram forte crescimento em diversos países com taxas significativamente maiores do que os investimentos públicos. No Brasil, segundo dados da OCDE (2010 citado por Sampaio, 2011), embora as despesas públicas com ensino superior tenham aumentado no período 1995-2007 (como também ocorreu no Chile, no México, na Coreia do Sul e nos Estados Unidos), o investimento privado, intensificou-se no País especialmente na última década.

Esses investimentos, sejam públicos ou privados, são indicativos de que ainda há muito espaço para crescimento contínuo do ensino superior no País. Embora o número de suas matrículas, especialmente nas instituições privadas,

venha crescendo desde a segunda metade da década passada, apenas 19% dos jovens brasileiros entre os 18 e 24 anos de idade frequentam ou já frequentaram a educação superior (Pnad, 2009 citado por Sampaio, 2011). Esse percentual ainda está muito aquém da média de 30% dos países industrializados, e a de países emergentes que competem diretamente com o Brasil na arena internacional. A meta é atingir 50% da taxa bruta e 30% da taxa líquida dos jovens na faixa etária correspondente.

O rápido crescimento do investimento privado no ensino superior no Brasil por meio de grandes redes educacionais, algumas de caráter internacional, tem provocado mudanças profundas no âmbito do próprio setor privado e trazido novas questões para se somar às velhas no debate sobre o ensino superior no País.

As velhas questões ainda se inscrevem na perspectiva da dualidade pública e privado e remetem à qualidade dos cursos oferecidos, às condições de trabalho docente, entre outras “faltas” do setor privado em comparação com o setor público (Martins, 1981). As novas questões emanam do cenário que se formou com a presença dos grandes grupos de ensino superior.

Algumas destas questões são endógenas ao setor privado e referem-se à emergência de conflitos de governança e de culturas empresariais entre os mantenedores da “velha guarda” e os dirigentes dos grandes grupos, bem como à fragmentação da representação de interesses do setor e seus efeitos na relação que estabelecem com o Ministério da Educação (MEC) e os outros órgãos reguladores do ensino superior no País. Outras questões referem-se ao sistema de ensino superior no Brasil em seu conjunto, e têm implicações diretas para o equilíbrio entre os eixos do acesso e o do conhecimento (Balbachevsky, 2009).

Diante das mudanças recentes no setor privado de ensino superior há muitas perguntas ainda a serem feitas, de imediato, duas são fundamentais: Será possível sustentar, com financiamento privado, esse crescimento pulverizado (tal como hoje ocorre) da oferta de ensino superior privado no País? A padronização gerencial, didática e de conteúdos que vem sendo

implementada pelos grandes grupos não estará caminhando no sentido oposto ao de uma maior diferenciação e diversificação institucional do ensino superior no Brasil?

Para Durham (2003) o maior impacto da crise que chegou às universidades privadas no contexto atual, é o número de demissões de professores. Em algumas delas, essas demissões são consideradas parte de um movimento de equilíbrio de contas, que, por vezes, envolve a substituição de profissionais contratados há mais tempo por novos docentes sem a mesma titulação, portanto, recebendo um salário menor.

Em outras situações, diante das dificuldades econômicas, a reposição dá lugar ao fechamento de vagas. Mesmo quando opta por não abrir mão dos professores, uma saída encontrada pelas instituições privadas de Ensino Superior está na diminuição da carga horária de seus profissionais ou no aumento do número de turmas para o professor sem aumento salarial (p.76).

Nesse sentido as universidades privadas podem ser vistas como arenas políticas, nas quais, segundo Baldrige (1971) e Bush (1986) citados por Silva (2004, p. 84) “os actores sociais desenvolvem uma actividade política marcada por processos de regateio e negociação visando produzir decisões que satisfaçam os seus interesses individuais ou de grupo”.

Segundo este modelo, as organizações complexas podem ser entendidas como sistemas políticos em miniatura (Baldrige et. al., 1978, p.34 & March, 1991, p.17 citados por Silva, 2004, p. 85), “organizações ou entidades políticas complexas” (Bacharach, 1988, p. 281, citado por Silva, 2004, p. 85) ou “arenas de luta e liberdade” (Estêvão, 1998, p.186 citado por Silva, 2004, p. 85) onde existem grupos de interesse dinâmicos e conflitantes similares aos da sociedade mais geral ou aos do Estado. Bolman & Deal (1989 citado por Silva, 2004, p. 85) consideraram as organizações acadêmicas como coligações de indivíduos e grupos de interesse, que diferem entre si quanto aos valores, preferências, interesses, crenças e percepções da realidade, o que torna o processo de decisão e fixação de objectivos resultado de negociações geradas

a partir de situações específicas que surgem devido à existência de posições divergentes dos grupos existentes no interior da organização.

1.2. Regulação burocrática no ensino superior privado: o que dizem as pesquisas

Recentemente, Elizabeth Balbacheswky, em seu livro *A Profissão Acadêmica no Brasil* (2016), mostrou a grande diversidade com que as diferentes instituições de ensino superior no Brasil lidam com seus docentes, material coletado a partir de entrevistas realizadas com professores universitários.

Uma das instituições pesquisadas foi a Universidade Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) no Rio Grande do Sul, instituição de ensino superior privada, a qual anunciou no ano de 2015 a demissão de cinquenta professores. Segundo o sindicato dos professores do ensino superior, muitos destes profissionais possuíam doutorado, e por isso, tinham pró-labore mais elevado e compatível com a formação superior, pois os doutores possuem percentuais de remuneração maiores que os mestres, ficando entendido pelo referido sindicato dos professores que as universidades demitem mais os doutores, por terem com estes maiores gastos remuneratórios, embora sempre se afirme, nesse contexto, que as motivações são de ordem econômica e relacionada com a redução nas matrículas. Em nota oficial, a Unisinos salientou que os desligamentos "são pontuais e decorrentes de ajustes internos", e afirmou que "esses movimentos não interferem no seu compromisso com a excelência acadêmica" (Birnbaum, 1983 e Clark, 1998).

Balbacheswky (2016) registra que o Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), de Santa Maria, e as universidades Feevale, de Novo Hamburgo, e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) também admitiram no ano passado, processos de readequação no quadro docente, o que, nos últimos semestres, resultou em demissões. Outras instituições de

Ensino Superior, como Univates, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Universidade de Passo Fundo (UPF) também tiveram atrasos em alguns investimentos, principalmente de infraestrutura.

Todas estas instituições, segundo a pesquisa em tela, tiveram o número de alunos matriculados e o número de créditos contratados, a cair nos últimos semestres com os cortes no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) programa do MEC que financia cursos superiores não gratuitos. Mas, no contexto atual o FIES, que passou a oferecer menos vagas, definir mais regras e a priorizar a formação de professores, engenheiros e profissionais de saúde nos novos contratos a partir do ano passado, temos a inadimplência dos alunos ocasionada pelos problemas econômicos enfrentados pela população brasileira nos últimos anos.

Assim, após essa sequência de queda, notadamente desde final de 2009, ainda a autora desse trabalho analisado nos informa que a taxa de alunos que não conseguem pagar as mensalidades em dia voltou a subir no ano passado (2016). E a projeção para 2017 não tem sido otimista para o ensino superior privado no Brasil, situando-se abaixo da taxa média de pessoas físicas, medida pelo Banco Central. Enquanto 6,2% das famílias tiveram que atrasar o pagamento das contas por mais de 90 dias no ano passado, dentro do ambiente universitário esse número chegou a 8,8%. Ou seja, é mais comum deixar para depois a mensalidade do curso do que outras obrigações financeiras.

Houve um aumento de 12,9% na inadimplência em faculdades, universidades e centros universitários de 2014 para 2015. Neste ano, a previsão é de estabilidade: conforme o SEMESP, responsável pela pesquisa, essa taxa deve ficar em 9% em 2016.

Para Balbacheswky (2016) a alta taxa de inadimplência pode ser explicada em função da crise macroeconômica e política que o país enfrenta e pelo corte do financiamento estudantil, com queda acentuada no número de contratos novos e o aumento da evasão.

Para tentar evitar que os alunos tranquem a faculdade ou acabem desistindo do curso por não conseguir arcar com mensalidades e matrículas, as

instituições têm de, como define o Sindicato de Estabelecimentos de Ensino Privado (SINEPE) do Estado do Maranhão, se reinventar. Muitas têm procurado parcerias com bancos, instituições de financiamento e cooperativas de crédito, em busca de alternativas para quem não consegue pagar o curso em dia.

As mudanças no ensino superior privado decorreram da aceleração da economia no País, desde 2006 até 2009, quando dela beneficiaram cerca de 20 milhões de brasileiros pertencentes à classe C, através dos programas de governo que facilitaram o ingresso desses jovens na carreira acadêmica, e a partir desse ano começou a declinar até os dias atuais conforme indicadores do Mapa do Ensino Superior (SEMESP, 2015, p.10).

No entanto, nem todos os alunos universitários conseguiram pagar as suas mensalidades em dia e esse dado comprometeu o ambiente universitário, são segundo o Mapa do Ensino Superior (SEMESP, 2015) 12,9% de inadimplência em faculdades, universidades e centros universitários de 2014 para 2015. Atualmente essa taxa deve estar em torno de 15% (2017).

Para Scott (1998) a participação crescente do setor privado nos sistemas nacionais de ensino superior, mediante processos de internacionalização do capital e de globalização da oferta de educação superior, é um fenômeno mundial. Entre 2000 e 2007, os investimentos privados em educação superior tiveram forte crescimento em diversos países com taxas significativamente maiores do que os investimentos públicos.

No Brasil, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2010 citado por Sampaio, 2011), embora as despesas públicas com ensino superior tenham aumentado no período 1995-2007 (como também ocorreu no Chile, no México, na Coreia do Sul e nos Estados Unidos), o investimento privado, intensificou-se no País especialmente na última década.

Para Scott (1998) esses investimentos, sejam públicos ou privados, são indicativos de que ainda há muito espaço para crescimento contínuo do ensino superior no País. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2016) o número de suas matrículas, especialmente nas instituições privadas,

vem decrescendo desde a segunda metade do ano passado, apenas 19% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos de idade frequentam ou já frequentaram a educação superior. Essa percentagem ainda está muito aquém da média de 30% dos países industrializados e menor que a de países emergentes que competem diretamente com o Brasil na arena internacional. A meta é atingir 50% da taxa bruta e 30% da taxa líquida dos jovens na faixa etária correspondente.

No entanto, o rápido crescimento do investimento privado no ensino superior no Brasil por meio de grandes redes educacionais, algumas de caráter internacional, tem provocado mudanças profundas no âmbito do próprio setor privado e trazido novas questões para se somarem às velhas, no debate sobre o ensino superior no País (Martins, 1981). Embora, na perspectiva da dualidade pública e privada, a qualidade dos cursos oferecidos, as condições de trabalho docente, dentre outras “faltas” do setor privado em comparação com o setor público ainda são questões para serem solucionadas.

Diante das mudanças recentes no setor privado de ensino superior há muitas perguntas ainda a serem feitas, de imediato, duas são fundamentais: é possível sustentar, com financiamento privado, esse crescimento pulverizado (tal como hoje ocorre) da oferta de ensino superior privado no País? A padronização gerencial, didática e de conteúdos que vem sendo implementada pelos grandes grupos não estaria caminhando no sentido oposto ao de uma maior diferenciação e diversificação institucional do ensino superior no Brasil?

Para Durham (2003)

Em outras situações diante das dificuldades econômicas, a reposição dá lugar ao fechamento de vagas. Mesmo quando opta por não abrir mão dos professores, uma saída encontrada pelas instituições privadas de Ensino Superior está na diminuição da carga horária de seus profissionais ou no aumento do número de turmas para o professor sem aumento salarial (p.76).

O maior impacto da crise que chegou às universidades privadas no contexto atual é o número de demissões de professores. Em algumas delas, essas demissões são consideradas parte de um movimento de equilíbrio de contas,

que, por vezes, envolve a substituição de profissionais contratados há mais tempo por novos docentes sem a mesma titulação, portanto, recebendo um salário menor, sem levar em conta os direitos trabalhistas dos referidos professores.

A análise da universidade como organização à luz do modelo político capitalista privilegia agora as estratégias políticas dos empresários e a sua luta pelo controlo do poder. Essa perspectiva parte do pressuposto que os objectivos que vigoram na organização são frequentemente questionados pelos diferentes grupos (docentes, administradores, alunos, financiadores) que tentam fazer prevalecer os seus interesses, confrontando-se numa luta com vista ao domínio de um certo poder de decisão.

O projecto (plano de acção) da universidade para determinado período resultará da negociação desenvolvida no confronto entre vários poderes de que derivam compromissos mais ou menos explícitos e mais ou menos duradouros.

Trata-se, de acordo com March (1991, p.90), de um processo de confrontação, de negociação e coligação no qual os resultados organizacionais dependem das preferências iniciais dos actores, ponderadas pelo seu poder. As mudanças operadas resultarão das modificações na mobilização dos participantes ou nos recursos que estes controlam.

1.3. Deveres, direitos e valorização profissional no ensino superior privado

Para Pochmann (2004) o papel do professor em qualquer sistema de ensino é o de ser formador de novas gerações, sendo, portanto um profissional necessário a toda e qualquer sociedade, mas, no que tange ao professor do ensino superior privado, nem sempre este profissional tem seus direitos garantidos em conformidade com as leis da educação nacional, bem como, por vezes este profissional também deixe de cumprir seus deveres tendo em vistas

de perceber baixos salários e as dificuldades enfrentadas no ambiente acadêmico, culminando, portanto, com uma baixa valorização ou precarização de sua profissão.

Morin (2007) enfatiza que ser professor é uma profissão complexa, incerta e com ambiguidades funcionais para ter uma definição precisa, mas do ponto de vista legal professor é todo indivíduo que ensina, transmite conhecimento, embora para tal cargo tenha que possuir uma habilitação legitimada pelo MEC, e no caso específico de atuar no ensino superior privado particular estar contratado conforme orientações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (art. 317).

Para compreender quais são os deveres e direitos desse profissional, bem como, o que impede que ele seja valorizado pela contribuição que dá ao ensino superior e a sociedade como um todo, cabe-nos entender: o que é dever? O que é direito? E se existe por parte da CLT uma tutela suficiente para valorizar o professor? Questões como estas orientaram nosso marco teórico aquando do desenvolvimento da nossa dissertação, por enquanto nos restringiremos a levantar questionamentos que serão aprofundados mais adiante.

Para estudiosos da legislação trabalhista como Sérgio Pinto Martins (2010), se todas as instituições particulares seguissem o que orienta a CLT, muitos centros de ensino já teriam fechado. Assim, o professor é mal remunerado para a instituição cobrar mais barato e atender à demanda da sociedade que não dispõe de grandes recursos financeiros; o professor trabalha três turnos para ter uma remuneração que atenda às suas necessidades e assim deixe de cumprir alguns deveres para com seus alunos, quais sejam dispor de tempo para o acompanhamento de forma mais eficiente em seu aprendizado, por outro lado, a remuneração do professor depende dos interesses do mercado, dos sindicatos e acordos coletivos, embora a educação seja o direito de todos e dever do estado (Brasil, 1996).

De qualquer forma, o que rege o exercício da profissão docente é a Constituição de 1988, seja na instituição pública ou privada particular, no entanto cabe a estas estabelecer o seu Regimento Interno com base na CB e

disponibilizá-lo aos professores contratados, pois neste documento deverão estar contidos os deveres e direitos dos professores.

Conforme a CLT, a categoria “empregado ou trabalhador” é uma pessoa física submetida a uma pessoa jurídica (o empregador); este empregado ou trabalhador deve ser submetido aos Direitos Trabalhistas, que são um conjunto de princípios e normas que tratam das relações jurídicas de prestação e de serviço do empregado subordinado ao empregador, embora exista um Regime Jurídico especial para o professor, enquanto trabalhador do ensino.

Para Sady (1996), o professor tem direito a tutela que a lei lhe oferece, não por trabalhar em uma instituição de ensino, mas, por ser professor, Sua jornada de trabalho é um assunto polêmico, pois depende da lei, mas também do próprio professor, quando precisa de mais horas de trabalho para compor seu salário necessário à sua subsistência, no entanto, este não pode exceder as oito horas determinadas por lei em jornada de dois turnos, ou seis intercaladas, o que para o jurista Sady (1996, p.3):

Sendo um trabalho silencioso e sem brilhos imediatos o professor trabalha muito mais do que determina a lei e dificilmente tem essa sobrecarga remunerada como horas-extra, sem direito ao tempo necessário para a preparação de suas aulas, pois o que parece é que ele com a diplomação já estão preparados para todo seu percurso, sendo estes alguns direitos e deveres do professor e de sua entidade contratante.

No que diz respeito à valorização do professor pela CF e pela LDB 9.394/96, este tem garantido seu piso salarial, seu repouso remunerado, suas férias, enfim sua valorização profissional, embora tenhamos avançado muito pouco nesse contexto. O educador e jurista Di Dio, em sua tese de doutorado em 1981, intitulada “Contribuição à sistematização do direito educacional” destaca que os professores devem ter garantido liberdade ensino; de pesquisa; de pronunciamento público; de vínculo empregatício e responsabilidade social, no entanto o mesmo autor destaca que tudo isso está garantido constitucionalmente e muitas vezes não é respeitado.

O termo “deveres” pode ser definido, conforme o Dicionário Aurélio (Ferreira, 2010), como as atividades, atos e circunstâncias que envolvem uma determinada obrigação moral ou ética. Em geral, os deveres relacionam-se com determinadas atitudes que servem para assegurar uma condição social e ou profissional. Para os sociólogos do trabalho, os deveres são um dos pontos mais importante de todos os sistemas de leis e de constituições nacionais, porque têm a ver a conquista de formas comunitárias e de sociedades mais equilibradas, onde todos possam ter acesso aos seus direitos.

Para Jacques, M.G. C., et al. (2008, p. 24):

Os deveres podem estar implícitos ou explícitos em uma sociedade e isto tem a ver com os costumes específicos de cada comunidade, assim também com a noção de sua sobrevivência (pois os deveres muitas vezes estão relacionados com a permanência das melhores condições para o desenvolvimento da comunidade). Em muitos casos, os deveres modernos tais como o pagamento de impostos, o respeito às leis públicas, a participação política ou o cumprimento com determinados níveis de alfabetização, se somam às leis e deveres tradicionais que existem sempre em todas as sociedades.

Um dos pontos importante dos deveres é a sua aproximação com a noção de direitos, pois, normalmente considera-se que o cumprimento dos deveres de uma pessoa tem a ver com o respeito dos direitos do outro. Portanto, ambos se relacionam e são essenciais para que os membros de uma sociedade possam conviver de maneira ordenada e organizada. Podemos dizer que Direito é um conjunto de regras que disciplina diversas dimensões de nossas vidas (Jacques, M.G. C. et al., 2008)

Já o vocábulo valorização é um termo que representa a consideração de um elemento em relação a um olhar subjetivo. Em geral, as valorizações não dependem exclusivamente de uma única pessoa, mas são processos sociais difíceis de manipular.

Do ponto de vista da ética, a valorização refere-se a um determinado julgamento, onde cada ato de um indivíduo ou da sociedade tem seu valor (Pochmann, 2004).

A valorização do professor do ensino superior privado depende de diversas variáveis, de acordo com o julgamento que lhe é dado pelos seus superiores, pelos seus alunos, pelo seu título profissional e, dessa forma, esse profissional está vulnerável a julgamentos de toda ordem. Para Guimarães (2006, p.135):

Ser professor é pertencer a um ofício cujo estatuto profissional está num processo histórico de constituição. Ser professor é ser um profissional. Contudo, é necessário levar em consideração traços específicos dessa profissão e os pressupostos que a fundamentam a aspiração de profissional.

Do ponto de vista da LDB 9394/96, no art. 32º são deveres do professor dos professores:

- Participar da elaboração do projeto pedagógico;
- Elaborar e cumprir o plano de trabalho;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento;
- Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidos;
- Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Além do mais, para ser valorizado o professor deve possuir, em seu currículo, conhecimentos específicos para exercer adequadamente ou, no mínimo, a aquisição dos conhecimentos e das habilidades vinculadas à atividade docente para melhorar sua qualidade.

Nesse sentido, as IES estão enfrentando, problemas financeiros para contratar professores em regime de tempo integral e manter os encargos de um corpo docente mais titulado. Há uma correlação direta entre o valor de mensalidade e o valor de hora/aula pago pelas IES. Uma IES pode correr grandes riscos se não estabelecer uma política explícita e viável para seu corpo docente. Exemplos disso são decisões que partem do princípio equivocado de que contratar professores doutores em detrimento de profissionais

competentes é garantia suficiente de bom ensino de graduação, ou da ilusão de concessão de tempo integral.

1.4. A gestão da regulação do trabalho docente nas instituições de ensino superior privadas

O ambiente cada vez mais dinâmico das instituições educacionais brasileiras requer muito mais do que a atualização de textos destinados à apresentação dos objetivos, de procedimentos e estratégias para a sua operacionalização. Requer, acima de tudo, uma tomada de posição acerca do modelo de gestão que se pretende implementar, bem como a garantia de coerência entre o modelo adotado e as práticas exercidas, o que nem sempre acontece, como afirma Silva (2013, p. 79-80):

Através dos tempos, a instituição educacional vem se organizando cada vez mais e melhor buscando uma prática gestora democrática e participativa. No que diz respeito à gestão democrática, ainda há muito que buscar para exercê-la de fato, visto que o discurso democrático é um, porém a prática ainda continua autoritária, embora inconsciente.

Porém, ao ser adotado e praticado um modelo de gestão participada, embora esteja de alguma forma condicionada pelo poder central e pelas políticas instituídas, poderá, através de um processo dialético, levar a reorientações nas diretrizes governamentais e a consequentes transformações educativas e sociais, como se pode constatar através do seguinte excerto de Freitag (1979, p. 32), que dá conta da necessidade de a escola encontrar resposta para os alunos de todas as classes sociais e para a necessidade de promover a formação pessoal e profissional das novas gerações, preparando-as para o mercado de trabalho.

A política educacional não é senão um caso particular das políticas sociais; ela assume, portanto, todas as características da política social global: dirige-se a populações que abrangem todas as classes sociais e não somente aos carentes, é um instrumento político-econômico que visa disciplinar, ideologizar, instrumentar e profissionalizar a futura força de trabalho, voltando-se essencialmente para populações ainda não absorvidas pelo mercado de trabalho (Freitag, 1979, p. 33).

Complementando o seu pensamento, a autora refere que a Educação se constitui como uma área de atuação do Governo, que, sem deixar de preservar as bases do sistema societário, poderá transformar-se num instrumento emancipatório:

(...) ao mesmo tempo em que a Educação constitui área de atuação governamental no interesse da preservação das bases do sistema societário com suas hierarquias e seus privilégios, ela permite, involuntariamente, o surgimento de dialéticas intrínsecas que podem levar à redefinição e reformulação dos programas governamentais, repercutindo, igualmente, de forma não programável, entre professores, diretores, pais, orientadores e alunos, o que acaba fazendo da Educação um instrumento emancipatório (Freitag, 1979, p. 35).

Torna-se agora necessário esclarecer o que se entende por gestão democrática, no campo educacional. Começando pelo termo ‘gestão’, que significa o “ato de gerir, gerenciar, administrar”, enquanto que por ‘democrática’ entendemos aquilo que está enquadrado à democracia, ou seja, “pelo povo e para o povo”. Este *slogan* pressupõe o uso da liberdade coletiva, a distribuição do poder através do controlo da autoridade na execução de ações e tomadas de decisão (Ferreira, 2000).

Dessa forma, podemos definir gestão democrática como uma administração cuja finalidade seja a distribuição equitativa do poder, sendo, por isso, necessariamente participativa. E no que tange à administração das instituições de ensino públicas, as quais oferecem ensino gratuito e de qualidade à sociedade. Autores como Gadotti (1999), Paro (2000) e Gandin (2005), têm defendido a ideia de que é necessário implementar a gestão democrática

nessas instituições, ou reorganizá-las, com o propósito de equacionar os problemas que nelas persistem, propiciando uma melhor qualidade educativa aos seus alunos.

A gestão democrática, no âmbito escolar, decorre do processo de democratização da sociedade Brasileira e tem origem na constituição Federal do Brasil, de 1988, publicada em 1996 como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que assegura a gestão democrática através do envolvimento dos profissionais da educação na elaboração de projetos pedagógicos, específicos de cada escola, e da inserção das comunidades escolar e local em conselhos escolares, permitindo, desta forma, que a comunidade participe ativamente no processo de gestão escolar: “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades” e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996, Art. 14).

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (Brasil, 1996, Art. 15).

Para Luck (2008), gestão democrática é uma expressão que ganhou evidência na literatura e aceitação no contexto educacional, sobretudo a partir do início da década de 90, constituindo-se num conceito comum aos discursos de orientação das ações educativas levadas a cabo nos sistemas de ensino e nas escolas. Tal facto deve-se ao reconhecimento de que numa sociedade democrática, de direito, as bases organizacionais das escolas não poderiam deixar ser participadas e voltadas para a unidade dos processos educacionais, com vista à melhoria da qualidade do ensino que oferecem.

Ainda segundo Luck (2008), para que a gestão democrática seja evidenciada, de facto, no âmbito da escola básica, são necessários dois requisitos fundamentais: a representação clara da gestão democrática através das ações dos seus gestores e o exercício efetivo das práticas dessa gestão, para a melhoria dos trabalhos dos demais profissionais envolvidos no contexto escolar.

Este modelo de gestão resulta de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações escolares, levando em consideração o todo em relação com cada uma das partes, e destas entre si, de modo a promover maior efetividade do conjunto (Morin, 1985). No entanto, a gestão democrática nem sempre é possível porque, como nos refere Paro (1997), a tradição autoritária herdada do período ditatorial deixou marcas profundas, que têm vindo a inibir mudanças nas práticas autoritárias. Na realidade, a cultura democrática demora a instalar-se; ela não se instala através da publicação de Leis. Na realidade, a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não tem conseguido garantir, por si só, as mudanças desejadas:

Uma sociedade autoritária, com tradição autoritária, com organização autoritária e, não por acaso, articulada com interesses autoritários de uma minoria, orienta-se na direção oposta a da democracia. Como sabemos os determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais mais amplos é que agem em favor dessa tendência, tornando muito difícil toda ação em sentido contrário (Paro, 1997, p. 19).

O significado atribuído à gestão surge como superação das limitações do conceito de administração, resultante da mudança de paradigma, ou seja, da reformulação do pensamento, percepções e valores que formam uma determinada visão da realidade, e que constitui a base do modo como a sociedade se organiza (Khun, 2007; Capra, 1993). É nessa perspectiva que analisamos a concepção escolar, herdeira do enfoque administrativo, mas que na atualidade estabelece mudanças quando mobiliza, organiza e articula forças, numa sinergia coletiva para a promoção da melhoria do ensino público.

Cabe ao MEC, como representante da União, normatizar, coordenar, monitorar e avaliar a Educação Superior no Brasil, nos termos constitucionais e, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é a ele que compete:

- Baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;
- Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;
- Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

A regulação do MEC envolve um séquito de pessoas treinadas e com experiência em gestão as quais são selecionadas para produzirem os atos administrativos regulatórios que irão normatizar as funções, e as atividades desenvolvidas pelos vários subsistemas, sob as responsabilidades de órgãos e entidades subordinados ou supervisionados pelo Ministério, para o funcionamento de instituições de educação superior (IES) e cursos de Educação Superior, em todo o território nacional.

O MEC conta, na sua estrutura organizacional composta de duas secretarias que atuam diretamente com Educação Superior, a saber: Secretaria de Educação Superior (SESU) e Secretaria de Supervisão e Regulação do Ensino Superior (SERES), além da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que supervisiona Instituições de Educação Superior e Educação Básica especializadas em educação profissional e tecnológica.

Compõem, ainda, o sistema de ensino superior, o Conselho Nacional da Educação (CNE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) principais parceiros da SERES, área reguladora responsável, entre outros por planejar e coordenar o processo de formulação de políticas para a regulação e supervisão da educação superior, em consonância com as metas do PNE; autorizar, reconhecer e renovar o

reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais, presenciais e a distância.

A LDB nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispõe nos artigos 45 e 46, as principais características para funcionamento da educação superior, abaixo registradas:

- Oferta de ensino superior em instituições públicas ou privadas;
- Variados graus de abrangência ou especialização.

A SERES foi criada no final de 2011 e seu macroprocesso regulatório tem como pilares a supervisão, regulação, fomento e avaliação, e como finalidade maior, a geração de confiança no sistema federal de ensino superior. O processo regulatório da Educação Superior no Brasil ainda se orienta pelas primeiras experiências com regulação de 1931, quando foi publicado o Estatuto das Universidades Brasileiras - Decreto nº 19.851, de 11/04/1931, e, posteriormente, as Leis Orgânicas do Ensino, por meio da edição de vários Decretos-lei (Polidori, Marinho-Araujo, Barreyro, 2006).

A longa experiência do MEC com o tema regulação da Educação Superior, em especial, na última década, com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), implicou o desenvolvimento de metodologias regulatórias e avaliativas, cuja abordagem é restrita a regulação técnica ou qualitativa com viés social, tendo em vista algumas orientações normativas quanto ao acesso e inclusão social, presentes nas maiorias das políticas educativas no Brasil.

No modelo atual de regulação da educação superior encontramos características específicas únicas, que, se por um lado traz possibilidades de renovação e inovação de programas, projetos e processos, de forma mais ágil e dinâmica, por estar concentrada na estrutura ministerial, também, apresenta limitações e deficiências conceituais e de diretrizes regulatórias, que poderão inibir ou reduzir eficiência, eficácia e efetividade da ação regulatória, e, por consequência, o impacto regulatório.

Uma dessas características do modelo regulatório atual é seu viés legalista e normativo, próprio de áreas reguladoras, mais exacerbadas, segundo autores como Nunes (2012, p.161):

A educação superior brasileira é regulada e definida por leis, seguidas por muitos decretos e por infindável, porque incessante, número de atos ministeriais e portarias, exaradas pela burocracia do MEC. Configura-se um desarmônico, por vezes contraditório, e voraz painel micro ou macro regulatório, capaz de tirar do sério os mais circunspectos especialistas da área.

A principal característica regulatória é o foco na oferta de vagas e autorização de cursos superiores privados, cujo desenho privilegia as informações decorrentes das avaliações promovidas pelo INEP, via SINAES, informações declaradas pelas entidades e instituições pleiteantes, todas registradas no Sistema Eletrônico e.MEC – sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações, plataforma que funciona como um grande cadastro, onde são inseridas e estão registradas todas as informações institucionais relevantes e as decisões da área reguladora.

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO

2.1. Problema e sua justificação

Numa pesquisa de cunho científico devem ser aplicados critérios prévios para a seleção do problema e o tipo de método deverá ser adequado a essa problemática, levando em consideração as questões referentes à espacialidade e a temporalidade do objeto investigado.

Todo esse cuidado se faz necessário porque o que se pretende não é fazer um inventário de dados aleatórios, mas sim uma pesquisa com base teórica e metodológica, que contemple uma orientação suficiente para um estudo empírico do objeto investigado.

Em nosso trabalho buscamos conhecer, complementarmente àquela opinião dos professores, as políticas dos gestores do setor de ensino superior privado em relação ao corpo docente, sob a ótica das instituições. Além dos dados coletados e tabulados, foram estudadas várias correlações entre eles, bem como analisados diagnósticos e sugestões encaminhadas pelas IES pesquisadas, cujos resultados poderão trazer uma nova dimensão ao estudo da condição do corpo docente nas IES brasileiras.

A motivação foi a de analisar em que medida e como as IES privadas brasileiras responderam, se adaptaram e se organizaram para tentar garantir a qualidade e o aperfeiçoamento de seus processos e resultados acadêmicos, por meio de seus professores, nos quais se concentram, explicitamente, a maioria das exigências formais dos órgãos oficiais oriundas da LDB 9394/96 e das normas do MEC e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

2.2. Objetivos

Objetivo Geral – Identificar os elementos de regulação profissional que permitem articular os direitos e deveres dos professores às determinações oriundas das mudanças no ensino superior privado.

Objetivos Específicos:

- Conhecer as condições atuais do ensino superior privado no Brasil.
- Caracterizar a regulação burocrática profissional oriunda dos órgãos reguladores do ensino superior privado no Brasil.
- Identificar os direitos garantidos aos professores do ensino superior privado a partir da regulação pós-burocrática instituída pós-LDB nº 9394/96.
- Identificar os deveres está garantido aos professores do ensino superior privado a partir da regulação pós-burocrática instituída pós-LDB nº 9394/96.

2.3. Metodologia

2.3.1. Pesquisa qualitativa

Martins (2008, p. XI), define uma investigação qualitativa “[...] como uma descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos, em contrário à investigação quantitativa, onde predominam mensurações”. Para esse autor uma investigação qualitativa: é uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real (pesquisa naturalista), onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender

a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto. Mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado – problema de pesquisa - possibilita a penetração na realidade social, não conseguida plenamente pela investigação quantitativa (Martins, 2008, p. XI).

Segundo Minayo (2008, p.42) o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo, portanto trabalhar dentro dos marcos das Ciências Sociais significa enfrentar o desafio de manejar ou construir teorias e instrumentos capazes de promover a aproximação dos diversos elementos que subjazem num determinado espaço, ainda que de forma incompleta e imperfeita.

Dessa forma esta tarefa investigativa que aqui nos propomos realizar é de abordagem qualitativa, buscando articular teoria e realidade empírica, tornando plausível a abordagem da realidade a partir de perguntas feitas pelo investigador aos implicados no contexto investigado.

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos da interpretação que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (Minayo, 2008, p.46).

Para Stake (2011) o método qualitativo tem fundamento teórico e permite desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares e propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de conceitos e categorias durante a investigação.

Tal método caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva do conhecimento, até à compreensão da lógica interna do grupo ou processo em estudo, além de se desenvolver em um ambiente natural com base na indução (do particular para o geral) e ter um caráter descritivo e que se destina a desvendar o processo além de dar muita importância aos resultados.

2.3.2. Estudo de caso

Esta pesquisa se caracteriza num estudo de caso, conforme nos aponta Yin (2015), Stake (2011) e Rodríguez (1999). Os estudos de caso, na sua essência, parecem herdar as características da investigação qualitativa. Esta parece ser a posição dominante dos autores que abordam a metodologia dos estudos de caso. Neste sentido, o estudo de caso se desenvolve dentro duma lógica que guia as sucessivas etapas de recolha, análise e interpretação da informação dos métodos qualitativos, com a particularidade de que o propósito da investigação é o estudo intensivo de um caso (Latorre, 2003).

A vantagem do estudo de caso é a sua aplicabilidade a situações humanas, a contextos contemporâneos de vida real (Dooley, 2002). O autor refere ainda que:

Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objeto ou fenómeno (p. 343-344).

Apesar de alguma diferenciação, por vezes conceptual, conforme o enquadramento epistemológico, existe um conjunto de características que ajudam a dar forma à metodologia dos estudos de caso, como a natureza da investigação, o seu carácter holístico, o contexto e sua relação com o estudo, a possibilidade de poder fazer generalizações, a importância de uma teoria prévia e o seu carácter interpretativo constante.

Sobre a natureza da investigação em estudos de caso, conforme a opinião de Latorre (2003), para além do estudo de caso ser visto com mais ênfase nas metodologias qualitativas, isso não significa, que não possam contemplar perspectivas mais quantitativas.

Stake (2011) refere que a distinção de métodos qualitativos e quantitativos é uma questão de ênfase, já que a realidade é uma mistura de ambos. Este

autor reconhece também a existência de estudos de caso quantitativos, mas salienta que não são tanto do seu interesse, pois, para este autor, o desenho da investigação requer uma organização conceitual, de ideias que expressem a compreensão necessária ou pontes conceituais assentes no que já se conhece ou, ainda, estruturas cognitivas que orientem a recolha de dados. Todo o bom desenho de estudo de caso incorpora uma teoria, que serve como plano geral da investigação, da busca de dados e da sua interpretação (Yacuzzi, 2005).

Também Yin (2005) aborda esta questão, salientando que os estudos de caso são uma estratégia abrangente e podem incluir as evidências quantitativas e ficar até limitados a essas evidências. Ainda segundo este autor, a estratégia de estudo de caso, ao ser uma estratégia abrangente, não se deve confundir com pesquisa qualitativa, pois existe uma grande e importante área comum entre a investigação qualitativa e quantitativa. O projeto de estudo de caso, para este autor, pode modificar-se por novas informações ou constatações, que possam ser importantes, durante a recolha de dados. Contudo, para Yin (2005), a modificação do projeto não deve significar a alteração das questões iniciais de investigação.

Segundo Vázquez & Angulo (2003), uma das características dos estudos de caso é a possibilidade de obter informação a partir de múltiplas fontes de dados. O investigador deve ter em conta o formato em que vai recolher os dados, a estrutura e os meios tecnológicos que pretende.

O estudo de caso faz recurso a uma diversidade de formas de recolha de informação, dependente da natureza do caso e tendo por finalidade, possibilitar o cruzamento de ângulos de estudo ou de análise (Hamel, 1997). Entre os instrumentos de recolha de informação encontra-se a observação, o diário, o questionário, as fontes documentais, a entrevista individual e de grupo.

2.3.3. Lugar e o local da pesquisa

No Estado do Maranhão conforme Censo do IBGE de 2014 a população está estimada em 6,8 milhões. O Estado é formado por cinco mesorregiões (totalizando 217 municípios), onde se concentram 33 instituições de ensino superior, 1,8% das matrículas em cursos presenciais, sendo que a mesorregião Norte Maranhense é responsável por mais de 72 mil matrículas (66%). Em 2013, na rede privada houve um aumento de 10,7% nas matrículas, atingindo a marca de 64 mil, ultrapassando os 58 mil do ano anterior. Na rede pública o índice teve um crescimento de 8,4%, totalizando 45 mil matrículas em 2013 contra 42 mil no ano anterior (SEMESP, 2015).

Ainda conforme dados do IBGE (2014) as matrículas em cursos a distância (EAD) no Estado do Maranhão registraram um aumento de 2,3% na rede privada, atingindo a marca de 13,3 mil matrículas, enquanto no ano anterior 13 mil. Na rede pública, ao contrário, a queda chegou a 20%, totalizando 7,2 mil matrículas, contra 9 mil em 2013, sendo que só a mesorregião Norte Maranhense apresentou mais de 8 mil matrículas (SEMESP, 2015).

O número de ingressantes (que iniciam o 1º ano) em cursos presenciais na rede privada, em 2013, aumentou 19% (20 mil alunos em 2012 para 24 mil em 2013). Na pública houve um decréscimo de 11% (10 mil em 2012 para 9 mil em 2013). Nos cursos a distância (EAD) a queda de ingressantes ficou em 36,5%. Na rede privada houve aumento de 3,4% (5,2 mil alunos em 2012 para 5,4 mil em 2013). Na rede pública houve um decréscimo de 92% (3.742 alunos em 2012 para 312 em 2013) (SEMESP, 2015).

A porcentagem de evasão anual dos cursos presenciais no estado chegou a 19,9% na rede privada e 13,1% na pública, ficando as mesorregiões Leste Maranhense (20,8%), Norte Maranhense (20,5%) e Sul Maranhense (20,1%) com índices de evasão maiores que do estado (19,9%). Nos cursos a distância (EAD), o índice de evasão anual chegou a 26,8% na rede privada e 25,5% na pública, ficando as mesorregiões Oeste Maranhense (30,4%), Leste

Maranhense (28%) e Sul Maranhense (27%) com índices de evasão maiores que o do estado (26,8%) (SEMESP, 2015).

O IBGE (2013) revela que o Estado do Maranhão apresenta 116 mil empregados nas IES com carteira assinada e ensino superior completo. O Maranhão também foi responsável pela formação de 13 mil estudantes universitários (11 mil em cursos presenciais e 2 mil em cursos EAD) e apresentou 309 mil alunos matriculados no ensino médio em 2013. A remuneração média por grau de instrução no estado, para os profissionais com ensino superior completo, teve um aumento de 1,8% de 2012 para 2013, passando de R\$ 3,4 mil para R\$ 3,5 mil. (IBGE, 2014 citado por SEMESP, 2015).

MESORREGIÃO	MUNICIPIOS	MATRICULAS	IES
Centro Maranhense	42	5.261	05
Leste Maranhense	44	13.034	09
Norte Maranhense	60	72.327	20
Oeste Maranhense	52	16.386	08
Sul Maranhense	19	2.381	04

Quadro 1: Matrícula em cursos presenciais (2013); IES que oferecem cursos presenciais (2013)
Fonte: Sindata (Semesp) Base: Censo INEP/IBGE.

O local da pesquisa é a Universidade SUCESS fundado em 02 de março de 1990, quando o Presidente da República, José Sarney, assinou o decreto autorizando o funcionamento dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Letras e Pedagogia, do então UNISUCCESS.

No início, essa universidade funcionou no espaço alugado onde antes fora um colégio onde ocorreu o primeiro vestibular, que teve 3.424 candidatos disputando 400 vagas. Em 1992, o Sucess instalou-se definitivamente em sua própria sede. Em janeiro de 1993, o Curso de Direito foi autorizado e, em 17 de dezembro do mesmo ano, o UNISUCCESS formou suas primeiras turmas.

Atualmente, a instituição tem contribuído com a formação de milhares profissionais, para o desenvolvimento do Estado, através da colocação destes

no mercado de trabalho. Seu corpo funcional possui atualmente 1.235 professores. São doutores, mestres e especialistas, consultores, assessores, técnicos e auxiliares administrativos, todos dedicando a excelência de seu talento, de sua competência e seu desempenho ao ideal de despertar, em cada aluno, o compromisso com a cidadania plena, inteligente e criativa.

O que importa, sobretudo, é que o estudante saia graduado e preparado para enfrentar e ter sucesso num mercado de trabalho em que algumas profissões se modificam e novas, inclusive especialidades, tende a surgir.

A Universidade Sucess, oferece a garantia ao estudante que este obterá os conhecimentos e habilidades fundamentais, numa base intelectual, que lhe permitirá adaptar-se, sem traumas, às novas condições, situações e oportunidades de trabalho. A função da Universidade Sucess é contribuir para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de todas as suas dimensões, física, intelectual, emocional, profissional, moral e espiritual.

No ano de 2012, a instituição, mantida pela iniciativa privada recebeu parecer favorável do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC) que tornou o a Sucess a primeira Universidade particular no Maranhão. Com o novo credenciamento, a Universidade Sucess e poderá dar continuidade ao seu projeto pedagógico de ampliar a oferta de vagas no Ensino superior, principalmente, no interior do Maranhão.

Hoje, a Universidade Sucess possui mais de 33 cursos de especialização, três programas de mestrado e dois doutorados. Seu corpo funcional é composto atualmente por aproximadamente mais de 1.000 profissionais, que trabalham para a excelência de seu talento, de sua competência e de seu desempenho ao ideal de despertar, em cada aluno, o compromisso com a cidadania plena, inteligente e criativa.

Por fim, no ano de 2013, foi implantado um novo campus na cidade de Imperatriz, expandindo o desenvolvimento das pesquisas aplicadas, e maior excelência no processo de ensino e aprendizagem e de responsabilidade social.

Cursos que a Universidade Sucess oferece atualmente 13 cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, identificada como Especialização na

área de Ciências Biológicas e 13 na área de Ciências Exatas, além de 07 cursos na área de Humanidades, conforme Quadro 2 a seguir:

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS EXATAS	HUMANIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Biomedicina • Ciências Biológicas • Educação Física • Enfermagem • Estética • Farmácia • Fisioterapia • Fonoaudiologia • Gastronomia • Medicina • Nutrição • Odontologia • Terapia Ocupacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitetura e Urbanismo • Design • Engenharia Ambiental • Engenharia Civil • Engenharia de Computação • Engenharia de Petróleo • Engenharia de Produção • Engenharia Elétrica • Engenharia Mecânica • Engenharia Química • Sistemas de Informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração • Ciências Contábeis • Direito • Jornalismo • Psicologia • Publicidade e Propaganda • Serviço Social

Quadro 2: Relação de cursos de graduação e especialização oferecidos pela UNI SUCESS
Fonte: site da UNISUCCESS

2.3.4. Participantes

No que se refere aos participantes da investigação, nem sempre é possível indicar quantos e quais serão os sujeitos envolvidos, embora sempre seja possível indicar alguns, bem como a forma pela qual se pretende selecionar os demais.

Lincoln & Guba (1985) sugerem para a seleção dos sujeitos implicados no terreno da pesquisa, que o investigador identifique e caracterize os participantes iniciais, tendo em conta que poderão ser incluídos outros sujeitos desde que haja necessidade de complementar ou testar as informações já obtidas; focalização continua da amostra na medida em que novos aspectos relevantes da situação vão sendo identificados pela análise, novas questões emergem, sendo necessário incluir novos elementos e encerramento da coleta quando perceber que as informações obtidas já são suficientes para os objetivos propostos.

A presença do pesquisador no locus da pesquisa e sua interlocução com os sujeitos da investigação, significa não perder de vista o ato, a palavra e o gesto de seus interlocutores no seu contexto (Bogdan & Biklen, 1994, p.48).

Nessa investigação contamos com um percentual razoável de professores, escolhidos de forma aleatória, aos quais foram distribuídos 100 inquéritos por questionário, esperando ter a devolutiva de pelo menos 50% dos sujeitos escolhidos. Os inquéritos por questionário foram entregues em mão e também enviados por e-mail, a fim de facilitar a devolutiva. Os sujeitos escolhidos foram professores com titulação de especialistas, mestres e doutores em áreas específicas, da totalidade dos cursos oferecidos pela instituição, e de ambos os sexos.

Obtivemos a devolutiva de cinquenta questionários respondidos, sendo 30 de profissionais do sexo masculino e 20 do sexo feminino. A maioria dos participantes inquiridos possui idade no intervalo de 30 a 50 anos de idade, e somente 40% desse total possui formação superior *stricto sensu*, na sua maioria

mestrados em áreas de suas habilitações iniciais e alguns com doutoramento, embora tenhamos sido informados que 70% dos professores da referida instituição de ensino superior privado estejam cursando mestrados e/ou doutorados no país ou fora do país. Outro dado informado de relevância foi o de que a maioria dos professores da UNISUCCESS está na instituição de entre 10 a 20 anos, sendo a minoria (20%) de professores que ingressaram na instituição nos últimos cinco anos.

O quadro profissional da UNISUCCESS não foi receptivo a responder ao questionário, quase sempre justificando pela falta de tempo e mesmo de disponibilidade, o que nos levou a um esforço hercúleo para obtermos esse percentual de instrumentos respondidos. Tal facto tem relevância, na medida em que embora os professores saibam que possuem direitos que nem sempre são atendidos ou mesmo escamoteados pelos patrões, sentem-se incomodados ao tratar sobre o tema, isso ficou bem explícito, quando ao lerem o instrumento se questionavam sobre o que seria uma “regulação”. Este dado levou-nos a instruí-los de forma mais detalhada sobre tal entendimento oferecendo-lhes maiores explicações sobre burocracia, controle, controvérsias, soluções conciliadoras, regras, níveis de controle, dentre outras.

2.4. Técnicas de recolha de dados

As pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Podemos destacar dentre estes que a observação participante ou não participante, a entrevista, a aplicação do questionário e a análise documental são os mais utilizados, embora possam ser complementados por outras técnicas. Para a descrição dessas técnicas, suas vantagens e aplicação lançarão mão de teóricos da metodologia da pesquisa como Denzin & Lincoln (1989),

Ludke & André (1986), Yin (2005), Bogdan & Biklen (1994), Laville & Dionne (1999), dentre outros.

Tais autores são unânimes em apontar as vantagens da técnica da observação participante pela sua interatividade, flexibilidade e sistematicidade; quanto à entrevista, esta nos permite a interatividade com possibilidades de aproximação com os sujeitos investigados só possível com esta técnica (Ludke & André, 1986).

Quanto aos documentos específicos da instituição investigada, estes são por excelência boa fonte de informações importantes sobre o objeto investigado desde que lhe sejam feitas as perguntas pertinentes (Denzin & Lincoln, 1989). Nesse caso utilizamos a observação sistemática, pois estivemos por um tempo em campo com objetivos precisos a observar, quais sejam o ambiente, os sujeitos implicados no contexto e se possível saber o que eles pensam da instituição.

Denzin & Lincoln (1989) define esta técnica como “uma estratégia de campo que combina vários elementos, tais como a análise documental, a entrevista dos sujeitos informantes, a participação e a observação direta, além da introspecção” que permitirá um mergulho no terreno investigado, na ótica de sujeito implicado no contexto investigado e de investigador concomitantemente, bem como a influência sobre o que é observado, resultante dessa participação que deverá priorizar a descrição, o foco e a seleção das evidências encontradas.

Flick (2002, p. 144) à luz de Spradley (1980, p.78) considera que delimitar e selecionar situações de observação são determinantes para o desenvolvimento da investigação. Assim, este autor especifica nove dimensões da observação, visto que permite: definir o espaço físico ou o lugar; selecionar as pessoas que serão envolvidas; escolher as tarefas praticadas por estas pessoas que serão úteis ao problema; definir os objetos presentes na situação; selecionar a ação ou ato que se identifica diretamente com o problema; destacar o conjunto de atividades realizadas pelos sujeitos escolhidos; identificar a sequência dos

acontecimentos; destacar as realizações ou não das pessoas envolvidas; cuidar das emoções sentidas ou expressas.

Leininger (1985) refere que quando escolhemos trabalhar com o método qualitativo devemos enfatizar a qualidade do objeto investigado, sua natureza, significado e atributos, com ênfase na interpretação pessoal do investigador e que para tanto a observação é um instrumento determinante, que por fazermos parte desse local investigado terá um viés participativo, que as vezes se torna inconveniente, embora outras vezes possa ajudar na coleta dos dados.

Para Albarello (1997) este aspecto poderá afectar a qualidade dos dados, uma vez que a presença do investigador poderá comprometer a espontaneidade do comportamento dos observados, até porque o investigador é observador e ator do processo.

No entanto o grau de participação do investigador pode ou deve ser “negociado”, de modo a adoptar-se o que proporcione dados mais significativos tendo em conta a natureza da questão de estudo, as características dos participantes e o contexto em que ocorre (Spradley, 1980).

Para Amendoeira (1999),

Na observação participante, o investigador é o principal instrumento da investigação, sendo uma clara vantagem, dada a possibilidade de estar disponível para colher dados ricos e pormenorizados, através da observação de contextos naturais e nos quais é possível ter acesso aos conceitos que são usados no dia-a-dia, por se conhecer a linguagem dos intervenientes (p.78).

Devemos também ponderar que cabe ao investigador estabelecer o tempo de estadia em campo, nesse caso utilizamos o período de três meses com visitas semanais com o objetivo de observar o contexto e o grupo em estudo, concomitantemente foram sendo mobilizadas leituras, que nos orientassem nessa caminhada exploratória.

No decorrer das nossas observações fomos descrevendo, de forma sistemática descritiva e focalizada, os elementos observados para a melhor compreensão do problema investigado. As notas de campo serão formas

sistematizadas de registro que servirão como um protocolo de observação semiestruturada realizada no campo de pesquisa.

A entrevista nos ofereceu dados para comparar evidências coletadas com outras fontes a fim de ampliar a confiabilidade do estudo, além de oferecer diferentes olhares sobre o evento. Martins (2008, p.24) sugere,

A atenção do pesquisador ao planejar a entrevista, a obtenção de algum conhecimento prévio sobre o entrevistado, ouvir mais do que falar e o registro dos dados e informações durante a entrevista. Dessa forma, a entrevista cumpre seu papel de fornecer dados relevantes ao pesquisador.

Na formulação do guião de entrevista, destacamos os objetivos pretendidos através das questões elencadas que, nesse caso são abertas e semiestruturadas, o que permite uma melhor interação entre as partes entrevistadas, oportunizando mais liberdade e amplo diálogo. Quanto aos métodos de procedimento temos a observação do campo pesquisado, Chizzotti (2006, p.53) nos diz que “a observação estruturada ou sistemática consiste na coleta e registro de eventos observados que foram previamente definidos”. Isso significa que o investigador deve elaborar um caderno de campo no qual fará o registro das observações relativas ao comportamento das pessoas em situação objetiva. Apoiando-nos nessa premissa foi organizado um “caderno de campo”, no qual foram registradas diariamente as observações coletadas durante a nossa estada no campo.

Para Chizzotti, (2006, p.59) a observação é vista como uma técnica flexível e abrangente, na medida em que permite ao observador recolher uma diversidade de informações acerca de vários sujeitos ao mesmo tempo e possibilitando a recolha de evidências significativas que garantem a qualidade da sua análise e interpretação, dado que exige do pesquisador, quer na recolha de dados, quer na sua interpretação, uma hierarquia de categorias e indicadores que permitem uma diferenciação, entre os pressupostos que se revelam essenciais e aqueles que são acessórios.

O diário é um bom instrumento para registo dos processos e procedimentos de investigação. Dada a vulnerabilidade da nossa memória, o diário, como salientam Vázquez & Angulo (2003), é o local onde permanecem “com vida” os dados, os sentimentos e as experiências da investigação.

O diário é a expressão diacrónica do percurso da investigação que mostra não apenas dados formais e precisos da realidade concreta, mas também preocupações, decisões, fracassos, sensações e apreciações da pessoa que investiga e do próprio processo de desenvolvimento; recolhe informação do próprio investigador capta a investigação em situação (Vázquez & Angulo, 2003, p.39).

Para Rodríguez (1999), o diário é um instrumento reflexivo e de análise, onde o investigador regista, não apenas, as notas de campo, mas também as suas reflexões sobre o que vê e ouve. É assim um registo da observação directa, mas também pode haver grelhas de observação, onde os registos são feitos de forma mais sistematizada.

Em relação ao instrumento entrevista, ainda na seleção de procedimentos de análise, é necessário dizer que, ela não é a única maneira de se fazer pesquisa qualitativa – não existe vínculo obrigatório entre pesquisas qualitativas e a realização de entrevistas. Portanto, não é porque um pesquisador opta pela adoção de um método qualitativo que ele tem, necessariamente, que recorrer a entrevistas (Ludke & André, 1986, p. 20).

Podemos fazer observações de campo e tomar nossos registros como fonte, recorrendo aos documentos escritos, registrados em áudio ou vídeo; podemos fazer fotografias ou videogravações de situações significativas; podemos trabalhar com questionários, entre outras possibilidades (Ludke & André, 1986, p. 21).

O uso do questionário poderá contribuir para recolher informação do público-alvo constituído de alunos, professores e gestores escolares, que nos permitam conhecer melhor as suas expectativas dos mesmos em relação ao objeto investigado. A importância dos questionários passa também pela facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num espaço

de tempo relativamente curto e reunindo informações e elementos para caracterizar os sujeitos envolvidos no contexto investigado (ibidem).

Nesta investigação foram ainda analisados documentos oficiais, tais como leis, decretos, pareceres e diretrizes da educação brasileira e também a documentação produzida na escola, tais como diários de classe, mapas de avaliação, atas de conselho de classe, projetos políticos pedagógicos dentre outros que possibilitarão fazer o resgate da problemática escolhida.

2.5. Técnicas de tratamento de dados

Lessard-Herbert & Goyette Boutin (2012) destacam que pesquisas qualitativas geram um grande volume de informações que devem ser organizadas e compreendidas, de forma contínua para identificar as dimensões do problema, suas categorias, padrões e tendências, a fim de desvendar-lhes seus significados. Segundo o referido autor, pesquisa qualitativa é um processo complexo não linear que implica um trabalho de organização e interpretação dos dados que se inicia na fase exploratória e acompanha toda a investigação.

Para Bogdan & Biklen (1994)

Na medida em que os dados vão sendo coletados o pesquisador deve ir fazendo as generalizações e interpretações necessárias gerando novas questões e aperfeiçoando as existentes num processo de “sintonia fina” que vai até a análise final da pesquisa”. Os instrumentos para análise de dados nessa investigação serão a tabulação numérica dos dados que permitirá um afunilamento dos dados obtidos, visto que “o processo de condução da investigação qualitativa reflete um diálogo entre o investigador e os respectivos sujeitos investigados dado estes não serem abordados de forma neutra (Bogdan & Biklen, 1994, p.51).

De acordo com Bogdan & Biklen (1994), devemos incluir descrições físicas, descrições de situação, detalhes de conversação e relatos de acontecimentos. Usamos frequentemente a descrição dos diálogos, procurando fazê-la utilizando palavras dos próprios sujeitos participantes do estudo, o que consideramos constituir o percurso necessário para fazer caminho e poder “olhar” num momento seguinte, de um modo mais compreensivo a cultura envolvente que não cabe em protocolos de actuação.

Não podemos deixar de referir a importância da rememoração, após abandonar fisicamente o campo e para além do momento de registos expandidos, podemos repensar no que vimos sem correr o risco de perda de qualidade no pormenor retido na memória e que necessitamos para ampliar o registo, pois, após abandonar o campo, continuamos reflectindo em torno do que experienciámos na observação, na tentativa de explicar, para além de descrever.

Para Denzin (1978) optando pela triangulação de dados é possível escolher dentre quatro tipos de triangulação: das fontes, dos métodos, dos investigadores e das teorias. Quando compararmos a fala dos inquiridos estaremos fazendo triangulação das fontes, bem como quando utilizarmos a comparação de dados quantitativos com qualitativos procuramos realizar a triangulação dos métodos. Quanto às outras duas formas de triangulação não são comumente usadas por causarem implicações epistemológicas que entram em choque.

Conforme nos fala Denzin (1978) na triangulação podemos combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos (entrevistas, questionários, observação e notas de campo, documentos, além de outras), assim como diferentes métodos de análise dos dados.

Seu objetivo é contribuir não apenas para a análise do fenómeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também enriquecer a nossa compreensão, permitindo emergir novas ou mais profundas dimensões. Ela contribui para estimular a criação de métodos inventivos, novas maneiras de capturar um problema para equilibrar com os métodos convencionais de coleta de dados.

Para a análise dos dados coletados utilizaremos a “Triangulação de dados”, um conceito oriundo do interacionismo simbólico que é considerado uma perspectiva teórica e metodológica inacabada surgida na década de 1930, a partir de conceitos e princípios extraídos da psicologia social, originalmente elaborada pelo filósofo e cientista social Georg Hebert Mead (1863-1931), que as empregou no estudo do comportamento coletivo das massas, das multidões e do público em geral.

O foco do interacionismo simbólico concentra-se, justamente, nos processos de interação social - que ocorrem entre indivíduos ou grupos - mediados por relações simbólicas que, para Denzin (1973), significa a combinação e o cruzamento de múltiplos pontos de vista, ou seja, a tarefa conjunta de pesquisadores com formação diferenciada, a visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação. Seu uso na prática permite a interação, a crítica intersubjetiva e a comparação (Denzin, 1978; Minayo, 2008).

Por Triangulação entendemos o cruzamento dos dados, coletados durante o período de investigação e observações repetidas, objetivando a verificação de plausibilidade da mesma ao se retomar os dados e interpretações feitas. A triangulação dos dados aumenta a validade e a fidedignidade, da pesquisa, partindo do ponto de vista dos teóricos e das hipóteses levantadas, com o cruzamento das informações através das técnicas adotadas no levantamento dos dados (Coutinho, 2011, p.145).

No desenvolvimento deste projeto foi realizada além da pesquisa empírica, a pesquisa bibliográfica, conforme Lakatos & Marconi (1987, p.66) trataremos do levantamento, seleção e análise de bibliografia já publicada sobre o assunto pesquisado, quer em livros, jornais, revistas, monografias, teses, artigos, entre outros, com o objetivo de nos permitir um contato direto com o material específico da temática a ser explorada.

Dentre as diversas técnicas e instrumentos, optou-se: observação participante, inquérito por entrevista e análise documental. A observação é um procedimento empírico indispensável em qualquer processo de investigação

científica, pois pode ser conjugada com outras técnicas de coleta de dados e ou empregada de forma independente e exclusiva.

Esta etapa de recolha foi precedida da elaboração da fundamentação teórica, que possibilitou ao observador as escolhas necessárias ao seu projeto de investigação. Consiste em um exame minucioso que requer envolvimento e atenção do pesquisador na coleta e na análise dos dados. Martins (2008) salienta que

O observador deve ter competência para observar e obter dados e informações com imparcialidade, sem contaminá-los com suas próprias opiniões e interpretações. Paciência, imparcialidade e ética são atributos necessários ao pesquisador (Martins, 2008, p. 24).

A observação, para Yin (2005) é uma modalidade de observação em que o observador assume uma postura ativa e participa dos eventos que estão sendo estudados. O autor destaca alguns cuidados relativos a esta técnica: proximidade do pesquisador ao fenômeno estudado, que pode quebrar a imparcialidade; a função de participante se sobressair à de observador, restringindo o tempo de registro das informações; a dispersão do fenômeno pode dificultar a observação e a participação do pesquisador. O sucesso da pesquisa desta natureza é consequência da integração harmoniosa do pesquisador no grupo.

A entrevista pode oferecer dados para comparar evidências coletadas com outras fontes, a fim de ampliar a confiabilidade do estudo, além de oferecer diferentes olhares sobre o evento. Martins (2008, p.112) sugere, entre outras coisas,

A atenção do pesquisador ao planejar a entrevista, a obtenção de algum conhecimento prévio sobre o entrevistado, ouvir mais do que falar e o registro dos dados e informações durante a entrevista. Dessa forma, a entrevista cumpre seu papel de fornecer dados relevantes ao pesquisador.

Na formulação do guião de entrevista, damos atenção aos objetivos pretendidos para a construção das questões elencadas que, nesse caso, são

abertas e semiestruturadas, de modo a permitir uma melhor interação entre as partes entrevistadas, oportunizando mais liberdade e amplo diálogo.

As notas de campo constituíram os registros sistematizados que nos serviram como protocolo de observação.

2.6. Confiabilidade e validade

A triangulação dos dados é apontada por alguns autores (André, 2010; Yin, 2005; Martins, 2008) como procedimento fundamental à validação da pesquisa, considerando que,

[...] a confiabilidade de uma investigação poderá ser garantida pela utilização de várias fontes de evidências, sendo que a significância dos achados terá mais qualidade ainda se as técnicas forem distintas. A convergência de resultados advindos de fontes distintas oferece um excelente grau de confiabilidade ao estudo, muito além de pesquisas orientadas por outras estratégias. O processo de triangulação garantirá que descobertas da investigação sejam convincentes e acuradas, possibilitando um estilo corroborativo de pesquisa (Martins, 2008, p. 80).

Dessa forma recorreremos à triangulação dos dados para alcançar os objetivos pretendidos nesta investigação. Por fim, destaca-se que a análise de dados deve ser feita para atender aos objetivos do estudo, buscando confirmar ou refutar os pressupostos da pesquisa. Dessa forma, todos os momentos do trabalho investigativo deverão dar-se de acordo com os referenciais teóricos que o fundamentam, os quais se construirão/reconstruirão durante todo o processo, com vistas à elaboração do relatório final. Entretanto, deve-se enfatizar o caráter sempre provisório dos conhecimentos produzidos, sujeitos ao dinamismo histórico da realidade social. Afirma-se, então, com Cardoso (1976, p. 86): “Ao concluir seu trabalho um pesquisador não dirá: ‘Agora, sim

conheço’. Sua posição exige um rigor maior, e ele dirá: ‘Agora o conhecimento é mais perfeito do que aquele de que partimos’”.

Denzin (1978) afirma que, em face das “fraquezas” e das “virtudes” de cada método, a “triangulação” consiste num processo complexo de colocar cada método em confronto com outro para a maximização da sua validade (interna e externa), tendo como referência o mesmo problema de investigação. Neste sentido, o principal objetivo da integração de métodos seria a convergência de resultados de investigação, resultados que serão válidos se conduzirem às mesmas conclusões. Opostamente, os dados contraditórios entre si serão interpretados como sinal de invalidade/refutação de um ou de ambos os métodos usados ou resultados alcançados.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com este estudo tivemos o propósito de procurar conhecer a Regulação Burocrática Profissional no que tange aos deveres e direitos dos professores do ensino superior privado, que o Governo Federal possibilitou através da Constituição de 1988, quando declarou o ensino livre à iniciativa privada. No entanto, este focou, desde então, atrelado ao cumprimento das normas gerais da educação, tanto quanto à “autorização quanto a avaliação de qualidade pelo poder público” (art. 209, §2º), incorporando, inclusive o instrumento avaliação como um requisito para acompanhar e regular o funcionamento do ensino superior privado (Brasil, 1988).

Para regulamentar esse preceito constitucional, foi promulgada a Lei 9.394/96 (LDB de 20 de dezembro de 1996) limitando o período de validade do credenciamento das Instituições de Educação Superior (IES), bem como da autorização e reconhecimento de cursos, instituindo que as renovações são realizadas periodicamente “após processo regular de avaliação” (art. 46º).

Podemos de essa forma identificar a regulação burocrática como um instrumento utilizado pelas autoridades constituídas para manter as instituições de ensino superior privado sob a tutela do governo federal, através de sua instância regulamentadora que é o MEC, seguido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Nessa investigação tratamos tão somente da problemática da regulação burocrática profissional, no que se refere particularmente aos deveres e direitos dos professores do ensino superior privado, ficando de fora dessa reflexão as formas de avaliação, as quais o governo federal utiliza para dar conta de como decorrem as ações internas e externas das instituições de ensino superior privado. Feito este breve esclarecimento, passamos de imediato à apresentação e discussão dos resultados nesta fase do trabalho.

Para o alcance dos resultados, os quais discutiremos em seguida, foram aplicados inquéritos por questionário aos professores da referida instituição de ensino superior, bem como da realização de entrevista semiestruturada aos gestores, para além de inúmeras conversas informais, que nos possibilitaram obter informações importantes para dar resposta ao problema da nossa investigação.

Uma das técnicas utilizada nessa investigação que contribuiu substancialmente para o seu desenvolvimento foi o uso da nossa observação do campo, este foi um período considerado importante, embora já tivéssemos conhecimento da instituição superior investigada, o momento que lá adentramos como investigador nos pareceu ser especial, pois tínhamos um outro objetivo a alcançar, e foi este o motor da nossa permanência em campo.

Percebemos que através da observação atenta dos detalhes que foram aparecendo nas falas dos nossos interlocutores, o cenário/contexto se foi tornando, com o tempo de permanência em campo, mais familiar e todo esse conjunto de elementos nos fez compreender a complexidade do objeto investigado, ao mesmo tempo em que nos permitiu uma interlocução mais competente (Zanelli, 2002).

Por isto, observamos os comportamentos espontâneos e as atitudes não verbais, as quais nos exigiram um recorrer ao quadro teórico já produzido neste trabalho acadêmico, além de outros instrumentos apropriados, como os inquéritos por questionário. Tivemos a oportunidade de conhecer o UNISUCCESS por dentro, essa situação nos forneceu indicadores de nível, consentâneos com os nossos questionamentos iniciais para, a partir desta análise, se estruturarem e se complementarem.

Com a observação também tivemos a oportunidade de nos familiarizarmos com os professores da instituição, participantes em potencial dessa investigação, pois as perguntas construídas posteriormente em questionários e/ou entrevistas foram feitas com base nos estilos dos participantes, apreendidos nesse contacto e na análise do modo como eles interagem uns com os outros.

Nesse ínterim podemos compreender que o crescimento dessa instituição não se deu de forma aleatória, pelo engajamento que a equipe gestora passa aos que dela se aproximam fica claro que a mesma é fruto de um projeto de instituição que foi criada para durar, visto que percebemos, quando lá permanecemos, o empenho, o engajamento da equipe acadêmica, o zelo e a crença de que o que fazem é bem visto e bem aceite pela comunidade, tanto que nesses anos de existência quadruplicou seu quantitativo de alunos espalhados pelo Estado do Maranhão mais precisamente com quatro polos em São Luís, capital do Estado.

Quanto ao clima existente no interior da instituição percebemos também que é agradável, feito para cativar aos que para lá se dirigem, basta olharmos para o prédio-mãe da instituição, que tem uma construção arrojada com características neoclássicas, em seu hall nos defrontamos com uma réplica em bronze da estátua do Pensador, de autoria de Auguste Rodin, a qual parece nos dar boas-vindas embora com seu olhar sobre o chão em mármore branco.

A seguir temos, após o hall, corredores que nos levam em várias direções, com salas amplas e climatizadas, inicialmente ocupadas pelos ambientes de gestão acadêmica, são secretarias de curso, tesouraria, diretoria, salas de professores para as diversas áreas de conhecimento, laboratórios, biblioteca ampla, lanchonetes e uma agência bancária, estas salas umas em frente às outras estão divididas por espaços ajardinados e bancos de cimento colorido para o público que ali frequenta relaxar.

Posteriormente vimos escadas largas e bem construídas, inclusive com orientação de acessibilidade, que levam aos outros andares do prédio onde estão as salas de aulas, também amplas e climatizadas, em algumas cabem 150 alunos, são verdadeiros auditórios onde as aulas são ministradas com o uso de microfones sem fios.

Quanto aos professores e alunos, que vivem a maior parte do dia nesse contexto, percebemos que são pessoas de classe economicamente bem remunerada, embora tenhamos certamente alguns de classe média, oriundos de faixa social identificada como sendo de profissionais liberais (professores,

advogados, médicos, engenheiros) que matriculam seus filhos nessa instituição talvez por verem nela um lugar probo de futuras realizações.

Visitamos a sala de professores onde tivemos a oportunidade de perceber o entra e saí dos mesmos para cumprirem seus horários de aula, usam um jaleco branco com identificação nominal e do seu curso. Ao perguntar a alguns deles como se sentiam como professores de uma instituição privada de ensino superior do porte do UNISUCCESS, um deles do Curso de Direito, nos disse simplesmente “explorado”, mas não quis entrar em detalhes. Já outro professor do Curso de Letras ao ser perguntado como classificaria os alunos que estudam naquela instituição, nos informou que ali estudam a nata da sociedade maranhense e um baixo percentual pobre “metido a rico”.

Como podemos constatar, essa instituição tem boas condições e um público interessado em resultados do ramo privado que existe no Estado do Maranhão. Ao questionarmos uma professora de Farmácia sobre a sua relação com a gestão da instituição, ela nos revelou que “cumpre o seu dever como profissional, sabe que é mal remunerada pelo que faz e explorada para se manter na instituição, pois trabalha manhã e noite, além e finais de semana, para alcançar o número de horas aulas necessária para se manter contratada, pois, segundo a referida professora, a gestão da instituição prefere ter professores com dedicação exclusiva do que aqueles que trabalham em outras universidades privadas”.

Quanto aos inquéritos por questionário aplicados aos 50 (cinquenta) professores, dos quais se obtiveram 100% de respostas, podemos constatar que 66% dos respondentes são do sexo masculino e 34% do sexo feminino (Gráfico 01) desse quantitativo 80% têm entre vinte a trinta anos de idade, 15% com mais de cinquenta anos de idade e 5% possuem de trinta a cinquenta anos de idade (Gráfico 02).

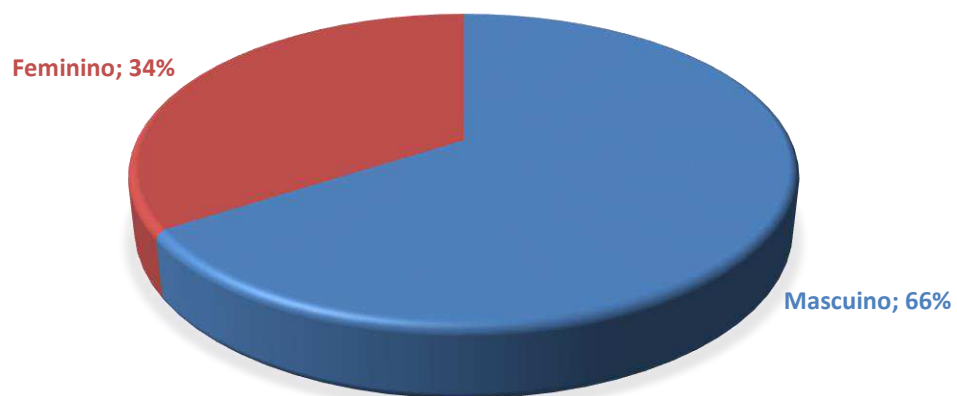


Gráfico 1: Distribuição por gênero dos respondentes
Fonte: O pesquisador

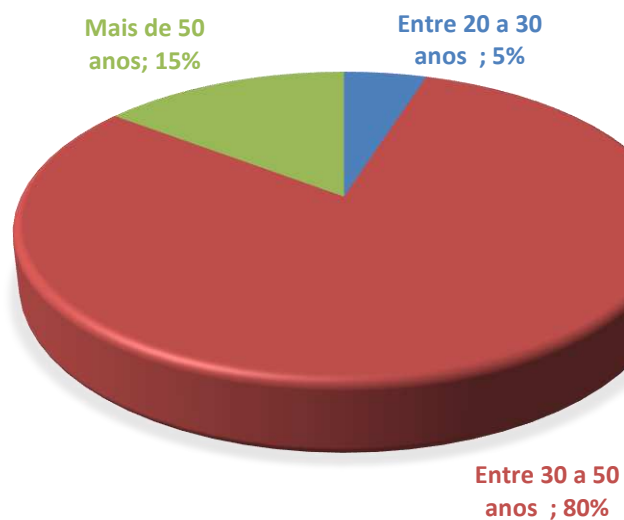


Gráfico 2: Distribuição por intervalo de idade
Fonte: O pesquisador

No que se refere ao tempo de formação superior (Gráfico 03), 59% não tem mais de vinte anos de formação superior, 24% tem mais de vinte anos, 12% tem entre cinco a dez anos e a menor parte, que corresponde a um total de 5%, tem de um a cinco anos de formação superior.

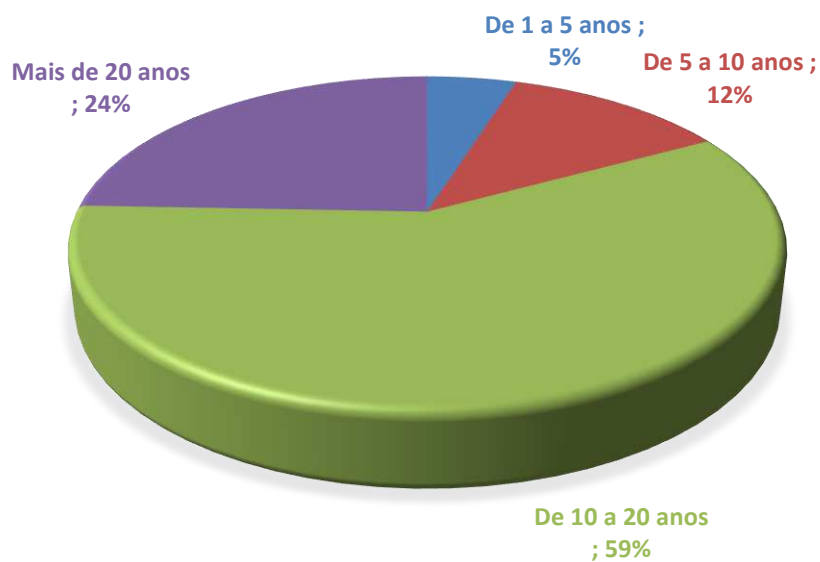


Gráfico 3: Tempo de formação superior
Fonte: O Pesquisador

Em relação ao tempo de serviço na instituição (Gráfico 04), a maioria, 43%, tem de um a cinco anos que trabalham na instituição, 38% trabalha entre dez e vinte anos na instituição, 17% de cinco a dez anos, restando 2% que trabalha há mais de vinte anos nesta universidade.



Gráfico 4: Tempo na instituição
Fonte: O pesquisador

Em relação ao objetivo 1 perguntamos a opinião dos professores sobre as condições atuais do ensino superior privado no Brasil e obtivemos as seguintes respostas:

- a) As privadas estão melhores que as públicas;
- b) São orientadas pelas demandas do mercado; pouco democratizado na oferta; ensino tecnicista e pouco crítico;
- c) Meras comerciantes de diplomas;
- d) Regular
- e) Tanto público, quanto privado a qualidade precisa melhorar;
- f) Muito boa, no mesmo nível ou superior às públicas qualidade e eficiência;
- g) Grande contingente populacional e menor conhecimento;
- h) Precário;
- i) Há instituições sem compromisso com a formação do aluno;
- j) Mercantilista;
- k) Estrutura física adequada, porém, pouca qualificação stricto sensu;
- l) Ensino de baixa qualidade;
- m) Estrutura burocrática, complexa, pouco efetiva;
- n) Burocrática e politizada;
- o) Necessita de investimentos em pesquisa.

Destas respostas podemos inferir que os respondentes consideram que as universidades privadas possuem uma estrutura melhor do que as universidades públicas, dado esse que não garante a qualidade do curso.

Salienta-se ainda, como um dado frequente, encontrarmos respostas que denotam o caráter mercantilista dessas instituições privadas, com ensino de baixa qualidade e sem expressão nacional no que diz respeito a pesquisa acadêmica. As respostas denotam a existência de um relativo distanciamento em relação ao que orienta a legislação e o que mercado de trabalho apresenta. Alguns professores entendam que a instituição privada está submetida a uma legislação burocrática que emperra sua atuação, conforme já nos aponta o quadro abaixo (Gráfico 05). Quando perguntamos aos professores se o ensino

superior privado no Brasil está em concordância com o que preceitua a legislação vigente, obtivemos as respostas apontadas no quadro abaixo:



Gráfico 5: O ensino superior está de acordo com a legislação vigente
Fonte: O Pesquisador

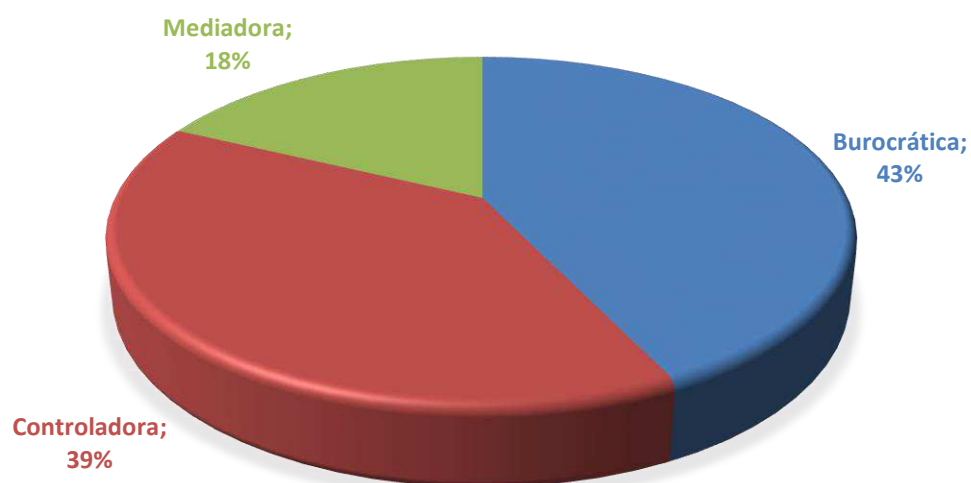


Gráfico 6: Característica da regulação do Estado brasileiro feita pelo MEC
Fonte: O Pesquisador

Os professores respondentes do UNISUCCESS (43%) consideram que o estado brasileiro regula burocraticamente as instituições de ensino superior privado, já 39% acham que as autoridades constituídas mais controlam que regulam, e 18% consideram que não há regulação burocrática e nem controle, mas sim uma mediação necessária para o andamento das ações educativas numa perspectiva da gestão democrática. No sentido que Maroy (2011, p. 64) defende quando destaca que “o Estado não desaparece, ao contrário, tem o papel de definir os objetivos do sistema e o conteúdo do currículo do ensino. Entretanto, ele delega aos estabelecimentos autonomia para escolherem os meios adequados para alcançar os objetivos”.

O segundo objetivo desta investigação procura conhecer como os professores caracterizam a regulação burocrática feita pelas instituições de ensino superior sobre o professor e nesse pleito tivemos os resultados seguintes:

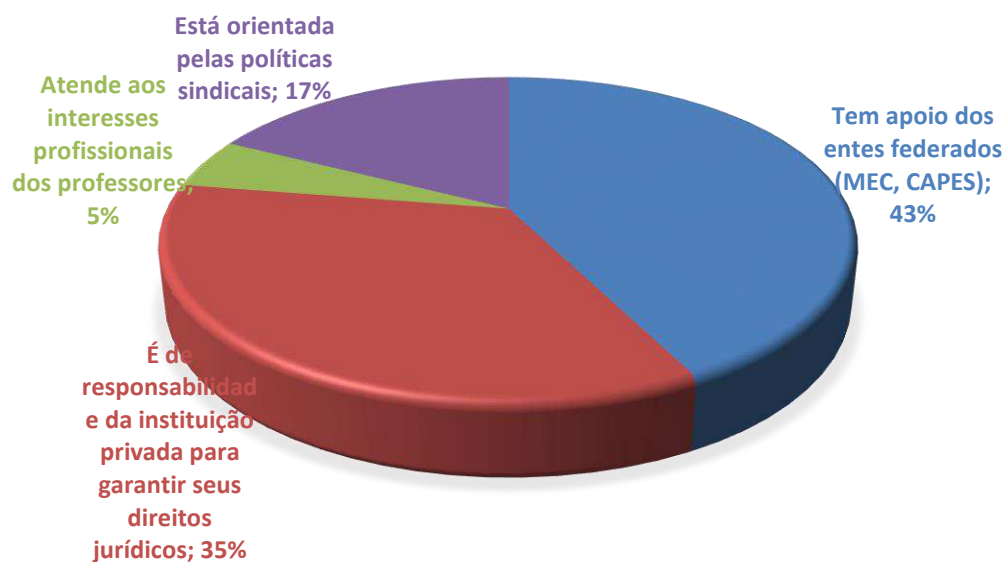


Gráfico 7: Objetivos da regulação burocrática sobre os profissionais de ensino das IES privadas
Fonte: O Pesquisador

Conforme o gráfico acima (Gráfico 07) 43% dos professores considerou que a UNISUCCESS tem o apoio necessário dos entes federativos (MEC e CAPES), para 35% dos respondentes essa regulação deveria ficar a cargo da própria

instituição privada, que dessa forma estaria com seus direitos constitucionais garantidos juridicamente, já 5% dos professores consideram que a regulação burocrática exercida pelo governo federal atende aos interesses dos profissionais da educação superior, e 17% diz que tal prerrogativa segue a orientação e a assunção dos sindicatos classistas.

Por outro lado, na questão seguinte para o referido objetivo, perguntamos se os professores consideram a regulação profissional burocrática na instituição de ensino superior privada como controladora e em quais circunstâncias, ocorre esse controle. Nesse item obtivemos as seguintes respostas (Gráfico 08): 58% consideraram positivamente a questão, ou seja, existe uma regulação burocrática com viés controlador por parte do poder educacional federal que visa garantir o aperfeiçoamento da instituição, com o uso de diversos instrumentos normativos com vistas a um resultado positivo, o qual é, ao mesmo tempo, mensurado e divulgado com objetivo de dar visibilidade da ação estatal sobre a educação superior privada, mas deixam de valorar eficiência e eficácia do ensino e da aprendizagem.

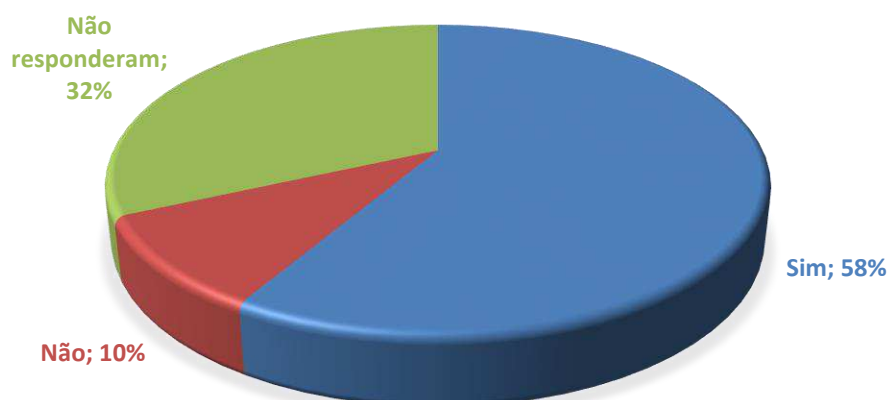


Gráfico 8: A regulação profissional burocrática IES privada pode ser vista como controladora?
Fonte: O Pesquisador

Na exploração da questão “Em que circunstâncias?”, observou-se que os inquiridos não responderam.

Na questão seguinte perguntamos se o professor considera ser possível que haja a regulação profissional burocrática mediadora do processo educativo desenvolvido pela instituição de ensino superior privado com vistas a *soluções conciliadoras nas controvérsias entre professores e alunos* e obtivemos os seguintes resultados (Gráfico 09): 56% concordam, 27% não responderam e 17% responderam que não concordam que haja uma regulação mediadora, ou seja, regulação e impositiva e portanto que fere os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros, quando tira a autonomia da instituição e não ter a contribuição dos implicados no contexto educativo superior privado que seriam os professores, alunos e gestores em geral.

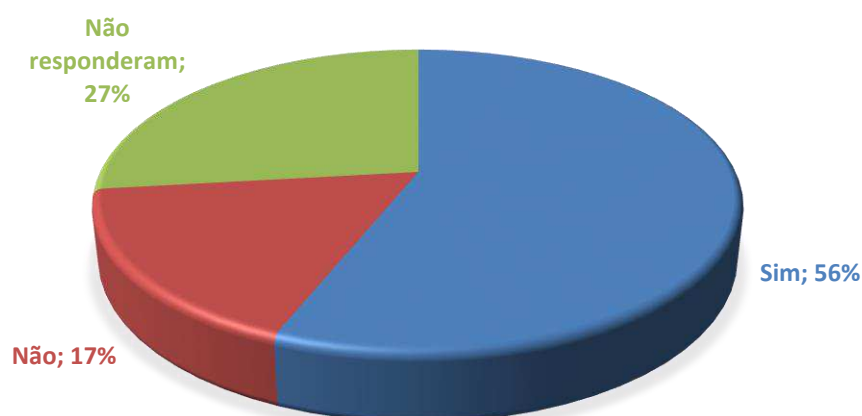


Gráfico 9: Há regulação profissional burocrática mediadora do processo educativo nas IES privadas?
Fonte: O Pesquisador

No objetivo 3 destacamos as respostas dadas pelos professores no que diz respeito aos direitos que sua instituição garante aos seus profissionais (do ensino superior privado) a partir da regulação pós-burocrática instituída pós-LDB 9.394/96. Obtivemos os resultados apresentados a seguir:

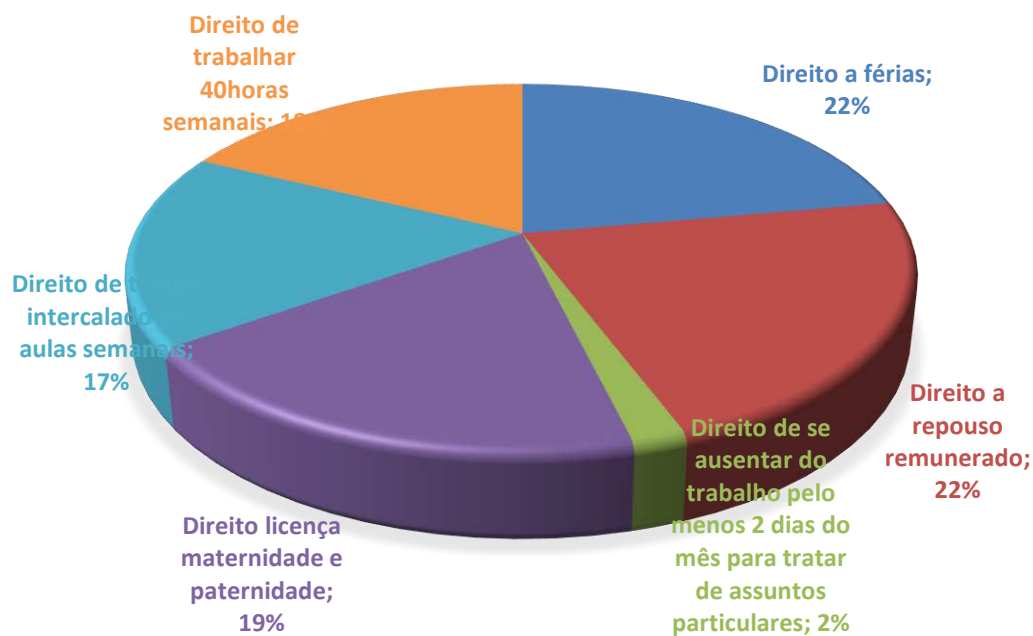


Gráfico 10: Direitos garantidos pela instituição
Fonte: O Pesquisador

Em complementação, os professores incluíram ainda os seguintes direitos que deveriam estar garantidos constitucionalmente e não estão como direito de tempo intercalado de aulas semanais; direito a licença maternidade e paternidade; direito de repouso remunerado; direito de trabalharem 40 horas semanais; direito de férias; direito de pelo menos dois dias no mês para tratarem e assuntos particulares. Nessa questão podemos constatar alguns pontos de conflito relacionados com a garantia dos direitos dos profissionais do ensino superior privado, a partir da regulação pós-burocrática instituída pós-LDB 9394/96, quais sejam: nem todos os direitos estão garantidos na realidade; alguns desses direitos são negados sob pena de demissão.

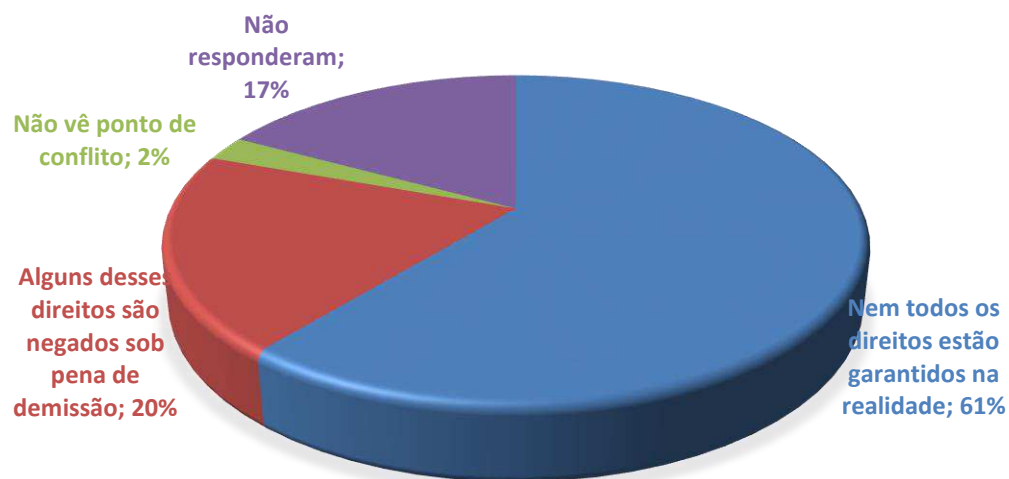


Gráfico 11: Os pontos de conflito para garantia dos direitos dos profissionais do ensino superior privado
Fonte: O Pesquisador

Quanto aos deveres exigidos aos professores do ensino superior privado a partir da LDB 9394/96 podemos destacar que os professores consideraram relevante a produção intelectual, a qual na instituição privada quase não existe por falta de incentivo da mesma, do mesmo modo a pesquisa científica que também não é incentivada e nem tem apoios institucional, o regime de trabalho que é exigido na maioria de tempo integral que cerceia a livre iniciativa para a produção e pesquisa acadêmica, levando o professor a ser somente um ministrante de aulas. Foi ainda indicada a falta de incentivo a pós-graduação *stricto sensu*. Tais resultados podem ser visualizados no gráfico seguinte (Gráfico 11). No entanto, apesar dessa falta de incentivo por parte da instituição de ensino superior privada, seus profissionais (51,21%) preferem permanecer na mesma por acharem mais cômodo, trabalharem em um local com condições privilegiadas. Mesmo assim, ainda cumprem seus deveres, principalmente quando se trata da frequência, ao ensino e à aprendizagem dos alunos, a pontualidade e a assiduidades e a devolutiva das avaliações.

Nos últimos dois anos alguns profissionais deixaram de cumprir seus deveres com respeito a frequência, pontualidade, assiduidades e devolutiva de provas

em níveis baixos, os quais não causaram danos ao percurso formativo dos alunos, nos apontam um dos gestores da UNISUCCESS, quando ainda estávamos na fase de observação e coleta de informações da universidade.



Gráfico 12: O que tem sido realizado para garantir os direitos dos profissionais do ensino superior privado?
Fonte: O Pesquisador

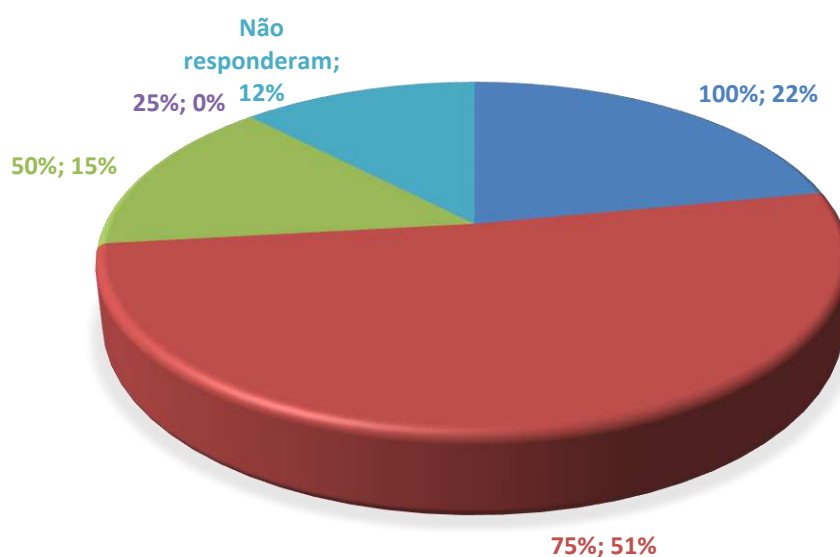


Gráfico 13: Em que proporção os profissionais do ensino superior privado cumprem seus deveres?
Fonte: O Pesquisador

3.1. Análise da Entrevista com a Diretora Pedagógica dos cursos de Graduação da Unisuccess

A Diretora Pedagógica da Graduação da UNISUCCESS para o dia 18 de outubro de 2017, era uma terça-feira e agendamos para que fossemos recebido pela manhã na Sala da Direção Pedagógica. Nessa manhã lá estávamos às 9:45 da manhã para mais uma etapa da pesquisa. Fomos recebidos na sala da direção pedagógica às 10:15, onde se iniciou a entrevista com a Professora R, (codinome dado a Diretora Pedagógica da UNISUCCESS). Após as formalidades de autorização, faço-lhe a primeira pergunta sobre: Quais atividades são desenvolvidas nessa instituição? Resposta da Entrevistada - *“Nós temos o “serviço de recepcionamento aos novos alunos”, temos a “intervenção educacional” e a seguir o acompanhamento pedagógico” os quais ajudam a fazer o diferencial educativo em nossa instituição, além disso, damos uma assessoria pedagógica e profissional aos professores, na medida das suas necessidades, por vezes, quando estão com problemas de saúde, familiares ou mesmo conjugais. Como você pode ver somos uma universidade privada que tem um diferencial em relação as outras que estão aí no mercado. Mas nossa principal atividade é mesmo o ensino superior inicial e continuado, temos os cursos de graduação em diversas áreas, de pós-graduação lato sensu, que chamamos de Especialização, também em diversas áreas que você deve conhecer, temos os cursos de pós-graduação stricto-sensu com mestrados em áreas específicas.*

Percebemos na fala da Sra. R. que havia um interesse pontual em mostrar a qualidade da instituição, sua estrutura operacional, dando destaque a pontos específicos, que de certa forma foi sendo demonstrada no percurso de todo o tempo da entrevista, que pode ser lida como sendo de uma propaganda velada da universidade que, segundo a entrevistada, prima pela qualidade e eficiência em relação a concorrência existente no mercado local. O destaque dado pela

entrevistada à atuação da intervenção pedagógica ou educacional como a mesma fala, tanto a aos alunos como aos professores, não tivemos essa informação em nenhum outro momento que visitamos a universidade Sucess. Sendo essa uma fala específica da Diretora Pedagógica, a qual temos que dar credibilidade porque ela seria a pessoa mais qualificada para dar-nos essa informação. No entanto, muitos dos alunos talvez nem saibam da existência desses setores, pois não nos falaram, deles, quando conversamos informalmente e por outro lado no nosso inquérito não tratamos desse assunto. Quanto aos professores, também não nos falaram desses benefícios oferecidos a eles, pela UNISSUCCESS, assim apesar das afirmações da fala da Sra, R., não temos dados coligidos que possam confirmar de que esses setores realmente funcionam na universidade investigada.

Quanto a segunda pergunta, versando sobre nosso tema de dissertação: Quais os direitos e deveres que tem os professores dessa universidade?

Respondeu-nos a Professora R (Diretora Pedagógica da UNISUCCESS): *Vamos por partes: em relação aos direitos, todos os nossos professores estão amparados pela CLT, que é a Lei de Consolidação das leis Trabalhistas, responsável pela regulamentação dos contratos de trabalhos de profissionais da educação das instituições privadas. Além disso temos os sindicatos por área de conhecimento (Saúde, Advocacia, Engenharias, etc...), estes sindicatos sempre estão procurando brechas para nos acionar na justiça do trabalho, assim agimos dentro da lei para não sermos pegos de surpresa e nos prejudicarmos economicamente. Pois, o trabalhador do ensino tem seu direito garantido por lei e deve ser respeitado por fazer uma atividade que é importante para sociedade. Afinal de contas nós formamos a maioria da mão de obra qualificada desse Estado (Maranhão) inclusive de pessoas que vão para outros estados qualificados por nós, somos referência por qualidade de serviço oferecido a sociedade e por tempo que estamos nesse mercado, somos pioneiros na atividade de ensino privado no Maranhão, se tiveram outros não tinham nossa qualidade, enfim não negamos os direitos garantidos em lei aos nossos professores, eles possuem direito a férias, licença maternidade e*

paternidade, só trabalham 40 horas semanais, tem sempre um dia na semana livre, para resolver seus problemas particulares e por vezes participarem de reuniões pedagógicas”.

O que podemos destacar em relação a essa pergunta, feita a Sra. R. é que, para ela, a UNISUCCESS cumpre todos seus deveres para com seus professores, tendo em vista atenderem aos preceitos exigidos pela CLT e dessa forma não criar problemas trabalhistas que oneram a instituição. Quanto aos professores, a Sra. R. nos deixou claro que sua equipe docente é qualificada, inclusive que a UNISUCCESS não atrapalha e até contribui para que seus professores se qualifiquem. Destaca que poucos são os professores problemáticos, pois na maioria todos colaboram com o sucesso da instituição.

Quanto aos deveres dos professores disse-nos a Sra. R.

“Sim, 99% cumpre seus deveres que são os de ministrarem suas aulas, utilizando seus programas de ensino, com metodologias modernas, afinal damos aqui todas as condições estruturais (laptops, Datashow, material de xerox em tempo hábil, uma biblioteca 100% atualizada tanto de obras atualizadas quanto online) dessa forma só cabe ao professor ter interesse para fazer um bom trabalho. Outro dever dos professores é ser pontual, assíduo, responsável, respeitar as regras da universidade, tudo isso é dito a ele quando de sua contratação e a maioria dos nossos professores estão conosco há muito tempo”.

Pergunto-lhe qual média de tempo, e ela disse-me *“temos professores com 15 anos de casa, como temos professores com 01 ano de casa”* em continuação disse-nos a referida professora: *“Temos aqui professores que entraram para a instituição só com graduação e aqui com nosso apoio, dando-lhe tempo disponível em nosso quadro de horários, foi se especializando e agora já tem doutoramento, isso é bom, porque ele se sente parte da casa, é agradecido por ter ido mais além profissionalmente com nosso apoio, fazemos até convênios com instituições formadoras do país e do exterior para ajudarem na formação dos nossos professores. Claro que quem paga as despesas são eles, mas nós damos o apoio que nos cabe”.*

Já em “relação ao seu entendimento sobre o que seja Regulação Burocrática” na educação superior, e ela me respondeu: *“Nossa educação brasileira é regulamentada pela Lei de Bases da Educação, que são as diretrizes que temos de seguir para a oferta dos cursos, depois o MEC tem as instâncias que normatizam as cargas horárias, tem a exigência do Projeto Pedagógico de cada curso que apresenta as ementas das disciplinas e as respectivas cargas horárias. Formas de avaliação e de terminalidade, assim tudo é regulado e nós seguimos essa regulação e exigimos dos professores que a sigam também.”* Complementando sua fala, continuou: *“Você está estudando sobre esse assunto e deve saber que são muitas as exigências do MEC sobre a oferta de vagas e de abertura de novos cursos, tudo deve obedecer as resoluções específicas que o MEC faz para cada caso, nossas turmas são grandes e quando somos avaliados só aceitam nossas turmas com um número de alunos a maior da média porque trabalhamos com uma estrutura compatível com essa modalidade de oferta, nossos professores tem disposição microfones de lapela, daqueles usados nas televisões onde os repórteres falam com esses microfones invisíveis.”*

Por fim, perguntei a Sra. R. se a mesma caracterizaria a atuação da UNISUCCESS tendo em vista a regulação burocrática importa pelo MEC, no que ela me respondeu: *“Burocrática, mas conciliadora e mediadora, nunca impondo de forma autoritária, nós negociamos de forma que as partes se sintam bem.”*

Mais de uma vez ficou-nos a impressão de que a Sra. R. estava bem instruída e com um discurso pronto para nos responder naquele momento da entrevista, agendada anteriormente. Segundo Cunha (2007), em termos didáticos esta autonomia consistia na capacidade de fixar currículos, programas e métodos de ensino, e embora os laços que prendiam o ensino ao Estado ficassem mais frouxos, eles não seriam desfeitos,

mantendo o Conselho Nacional de Educação o poder de aprovar (ou vetar) os estatutos dos estabelecimentos de ensino superior, reconhecer (ou não) seus cursos e, em decorrência, conceder (ou não) os privilégios pretendidos pelos diplomados (Cunha, 2007, p.97).

Assim, a partir da década de 1980, com a Constituição Federal e posteriormente a LDB 9.394/96, trouxeram modificações a educação superior privada cujo pano de fundo não foi, somente a qualidade da educação. O neoliberalismo e a globalização forçaram modificações, que reduziram sensivelmente os investimentos na educação superior pública, possibilitando maiores benefícios às instituições privadas de ensino superior, as quais também tem seus interesses regulados para dar respostas satisfatórias de forma a cumprir a sua função social.

A análise dos dados de nossa investigação permitiu encontrar aspectos positivos e negativos em relação à regulação burocrática instaurada desde 1988 (CF) às universidades privadas brasileiras em geral e em especial à UNISUCCESS, escolhida de forma aleatória como uma amostra dessa investigação que nesse momento concluímos.

Como **aspectos positivos** podemos referir:

- A oportunidade que nos foi dada para conhecer melhor as medidas adotadas pelo estado brasileiro para garantir o gerenciamento das instituições superiores privadas no país com vistas à melhoria da qualidade educativa, oferecida por estas universidades;
- O reconhecimento sentido por parte dos professores acerca da falta de conhecimento sobre a regulação burocrática profissional bem como os direitos e deveres no ensino superior privado;

Como **aspectos negativos**, encontramos:

- Dificuldades de acesso aos profissionais do ensino superior privado, apesar da acessibilidade de alguns professores serem favoráveis ao desenvolvimento dessa investigação;
- A formação dos professores, que é percebida como inadequada, por ser focada somente em sua área de conhecimento, sem se preocupar com sua valorização profissional que está atrelada a burocracia regulada pelo estado brasileiro;

E como **oportunidades**, percebemos:

- Em termos de perspectivas para investigação futura, os resultados alcançados apontam caminhos para novas pesquisas e aprofundamento de algumas questões:
- Quer na mesma universidade, com o objetivo de compreender a sua evolução a partir do reconhecimento que esse trabalho investigativo traz para seus partícipes;
- Quer noutras universidades, com o objetivo de realizar estudos comparativos entre instituições que poderá ajudar a compreender com maior profundidade (no primeiro caso) ou com maior abrangência (no segundo caso) a forma como o estado brasileiro atua no sentido de manter as instituições privadas controladas e avaliadas com objetivo de garantir a melhor oferta de ensino profissional privado aos futuros profissionais brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino superior no Brasil pode ser caracterizado como tardio, pois as primeiras instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1808, e as primeiras universidades são ainda mais recentes, datando da década de 1930 do século XX. Por outro lado, o desenvolvimento precoce do sistema de ensino privado subverteu a concepção dominante de ensino superior, centrada na associação entre ensino e pesquisa, na liberdade acadêmica e no interesse público.

O crescimento desse novo tipo de ensino superior é um fenômeno que tem afetado, de modo particular, o nosso país, dessa feita liderado pela iniciativa privada que vem se expandindo desde 1970, com vistas a atender o projeto de ascensão social da sociedade brasileira, que tem levado um contingente cada vez maior da população, a procurar tais instituições para alcançarem seus projetos de realização pessoal e de ascensão social e econômica. Dessa forma, a iniciativa privada, atenta às demandas de novos potenciais consumidores, respondeu de forma ágil com a oferta dos cursos profissionalizantes em instituições superiores privadas.

Nesse sentido, o setor privado, mobilizando recursos de origem privados e orientando-se para atender à demanda de mercado, foi mais dinâmico e cresceu mais rapidamente que o setor público, muitas vezes em detrimento da própria qualidade do serviço oferecido. Entre 1960 e 1980, o número de matrículas no ensino superior privado superou suas expectativas.

No cenário brasileiro, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a política educacional teve profundas mudanças e o Estado brasileiro passou a adotar o modelo de administração gerencial, próprio da área privada, assumindo o papel regulatório e burocrático da educação superior privada.

Observamos, nesse contexto, uma tendência no incremento das políticas de regulação do setor privado caracterizada pelo estabelecimento de reguladores intermediários, ou seja, grupos-chave que atuam na interface entre regulador e regulado. Essa tendência converge para um processo de distribuição da autoridade reguladora entre grupos qualificados da sociedade através dos programas de avaliação encampados pelo Instituto Nacional Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) denominados Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o próprio Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Nesse contexto, no campo educacional brasileiro, a expansão privada, principalmente no ensino superior, tem vindo a se constituir um tema de relevância para estudos e pesquisas sobre o processo de regulação deste setor pelo Estado, através das medidas regulatórias para controlar abusos e prevaricações que pusessem em risco a educação superior brasileira.

Nesse sentido, o aparato normativo representado através de decretos, resoluções e pareceres emanados do Conselho Federal de Educação (CFE), iniciado na década de 1970, demonstram a crise de objetivos que afeta os órgãos responsáveis pela política de ensino superior brasileiro. Os contínuos avanços e recuos das normas sugerem a insegurança sobre o que se quer e até onde chegar em matéria de ensino superior privado. Tem-se a nítida impressão de que o procedimento se efetua mais por “tentativa e erro” do que por referência a objetivos explícitos (Sampaio, 2009, p. 65).

Observamos que o conceito de regulação vem sendo utilizado para identificar a intervenção de instâncias educativas com autoridade legítima, em geral de natureza privada, com intuito de coordenar e orientar a ação dos seus agentes da educação superior. A regulação, nesse caso, abrange as dimensões de coordenação, controle e influência, exercidos pelo Estado sobre as instituições de ensino superior privado, inserindo-se assim como mecanismo importante das políticas educacionais especialmente no contexto de alteração dos modos de intervenção estatal.

Sua importância emerge quando, de um lado, assistimos à tentativa de assegurar ao Estado papel relevante na definição, pilotagem e execução das políticas educacionais e, de outro, esse papel passa a ser cada vez mais compartilhado com novos agentes e atores sociais, nesse caso específico das instituições privadas (Barroso, 2006).

A regulação diz respeito, ao conjunto de normas, discursos e instrumentos produzidos e difundidos nos fóruns de decisão e consulta internacional, e que terminam por ser assimilados em nível nacional. Barroso (2006) define esse tipo de regulação como o processo de coordenação da ação dos sujeitos locais no confronto e na negociação de diferentes interesses, lógicas e racionalidades internacionais.

No que se refere ao nível da regulação burocrática das instituições de ensino superior privado tornou-se comum referir-se ao desenvolvimento do “Estado regulador”. Essa expressão passou a ser utilizada para caracterizar a proliferação de agências reguladoras que passaram a representar o interesse público sobre o setor privado.

A regulação, nesse contexto, aparece sempre associada a uma imagem menos prescritiva e burocrática do Estado, reforçando o conceito de uma “nova administração”, que substitui o controle direto sobre os processos baseado em resultados. Esse processo de reforma é criticado por reduzir a autonomia das instituições de ensino superior privado na formulação e implementação de políticas educacionais. O Estado, portanto, passa a atuar, no contexto da reforma, com sentido gerencial, monitorando resultados e estimulando a competição administrativa entre entidades às quais foi garantida autonomia.

As IES privadas vêm demonstrando muita preocupação com esses requisitos, nesta época de alta concorrência e de pressões por reduções de mensalidades e alta inadimplência, que impõem a necessidade de reduzir custos, ao mesmo tempo em que o MEC põe em prática processos de avaliação da qualidade do ensino.

O problema não está só ligado ao desempenho pedagógico e à política de capacitação, mas, também, à questão do financiamento, pois as instituições

privadas de ensino superior vivem quase que exclusivamente do pagamento de mensalidades de seus estudantes, o qual está limitado pelo próprio poder aquisitivo do povo brasileiro, o qual está atravessando uma “tempestade” econômica e que dessa forma, condiciona o custo financeiro exigido para atrair e manter um corpo docente qualificado e motivado. Desta relação nem sempre resulta um ensino de qualidade e/ou indicadores comprovadamente positivos.

Quanto aos deveres e direitos dos professores das instituições de ensino superior privado no Brasil estes não se apresentam em consonância com os interesses da regulação burocrática, pois, no que tange às IES privadas disseram-nos os professores (quando inquiridos) que existem mais deveres do que direitos delegados aos profissionais da educação superior e esse fenômeno acarreta também um descompromisso por parte dos professores, como nos demonstraram os resultados da pesquisa.

Estas universidades privadas, nem sempre investem em qualificação profissional e nem pagam salários compatíveis com o que cobram, nas mensalidades aos alunos, até porque são empresas de caráter privado que consequentemente visam lucros e, portanto, não garantem um quadro profissional capaz de dar as respostas que o estado regulador exige.

Dessa forma não existe, nos elementos de regulação profissional, uma articulação entre os direitos e deveres dos professores às determinações oriundas da regulação feita sobre o ensino superior privado o qual em nosso país ainda se apresenta como um negócio lucrativo mais do que um projeto educacional para melhorar as demandas profissionais.

Com efeito, os sujeitos da pesquisa demonstram que, a respeito das contradições observadas, nos caminhos trilhados até então, existe uma grande distância a ser percorrida no que diz respeito à constituição de um sistema de regulação cuja atuação privilegie, de fato, o bem-estar social dos envolvidos (professores e alunos) como princípio, embora haja sinais de que esse é um processo novo e em curso no cenário do ensino superior privado. Tais indícios podem ser observados a partir da iniciativa promovida pelo MEC visando envolver a sociedade no processo de regulação burocrática.

Embora leis, pareceres e resoluções apontem para uma regulação propositiva, na prática, ela se traduz por uma imposição, que depende do grau de resistência ou de adesão de seus sujeitos, diante das alternativas de modelos de trabalho disponíveis para atender à demanda de ensino superior. Por outro lado, as IES privadas são em sua maioria mantidas e administradas por pessoa física, submetidas ao regime da legislação mercantil no que diz respeito aos encargos fiscais e trabalhistas que justificam o aumento e/ou redução do número de vagas em conformidade com a demanda, criando e extinguindo, com base no teste de mercado, cursos em diversas modalidades de ensino e níveis de formação, entre outras iniciativas.

O rápido crescimento do investimento privado no ensino superior no Brasil por meio de grandes redes educacionais, a maioria de caráter internacional, tem provocado mudanças profundas no âmbito do próprio setor privado e trazido novas questões para se somar às velhas já existentes no debate sobre o ensino superior no País.

As velhas questões ainda se inscrevem na perspectiva da dualidade pública e privado e remetem à qualidade dos cursos oferecidos, às condições de trabalho docente, dentre outras "faltas" do setor privado em sua comparação com o setor público, enquanto as novas questões emanam do cenário que se formou com a presença dos grandes grupos de ensino superior e a intervenção do estado através da regulação.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, A. J. (2001). Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 22, n. 75, p. 15-32, ago. 2001.
- Albarelo, L. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.
- Amendoeira, J. (1999). *A formação em enfermagem. Que conhecimentos? Que contextos?* Um estudo etnosociológico. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova. Mimeografia (não publicada)
- André, M. E. D. A. (2010). *Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Liber Livro Editora.
- Antunes, F. (2007). O espaço europeu do ensino superior para uma nova ordem educacional. *Educação Temática Digital*, Campinas, dez., v.9, n. esp., pp.1-28.
- Azevedo, F. (2010). *Novos caminhos e novos fins: a nova política da educação no Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- Balbachevisky, E. (2009). *Reformas de ensino superior: experiências internacionais*. Apresentação feita no seminário Ensino a distância e banco de dados sobre ensino superior, São Paulo, Fundap. Realizadores: Secretaria de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 20 e 21 de outubro de 2009.
- Balbachevisky, E. (2016). *A profissão acadêmica no Brasil: as múltiplas facetas do nosso sistema de ensino superior*. Brasília: FUNADESP.
- Baldrige, J. V. (1971). *Power and conflict in the university*. New York: John Wiley & Sons.
- Barreyro, G. B. & Rothen, J. C. (2006). *"SINAES" contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*. Educ. Soc. [online]. vol.27, n.96, pp. 955-977.

- Barreyro, G. B. (2010). *Mapa da privatização da educação superior*. MEC-INEP, Brasil - Reformas do Estado e Mudanças na Produção. 2a. ed. Revisada. São Paulo: EDUSF/ Cortez.
- Barreyro, G.B. (2008). *Mapa da privatização do ensino superior*. Brasília: MEC/INEP.
- Barroso, J. (2005). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 92, p. 725-751, out.
- Barroso, J. (2006). O Estado e a educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In: Barroso, J. (Org.) *Regulação das políticas públicas de educação*. Lisboa: EDUCA.
- Baruffi, A. M. Z. (2000). *O Professor do ensino superior: realidade e desafios*. Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados, MS/ v.2/n.4/jul.dez.2000
- Birnbaum, R. (1983), *Maintaining diversity in higher education*. San Francisco/Washington/London, Jossey-Bass Publishers.
- Bogdan, R. & Bilken, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Capra, F. (1993). *O ponto de mutação*. 9. ed. São Paulo: Cultrix.
- Cardoso, C. F. (1976). *Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Clark, B. (1998). *Creating Entrepreneurial Universities: Organizational Pathways of Transformation*. Oxford. Pergamon Press.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Cunha, L. A. (2007). *A Universidade Reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora UNESP.
- Denzin, N. K. (1978). *The research act: A theoretical introduction to sociological methods*. 2nd. ed. New York: McGraw-Hill.
- Denzin, N.K. & Lincoln, Y.S. (1989). *O planejamento da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, Penso.

- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (1994). *Handbook of qualitative Research*. London. SAGE Publications.
- Di Dio, L. J. A. (1991). *Direito Educacional para o século XXI*. São Paulo: Martins Fontes.
- Di Dio, R. A. T. (1981). *Contribuição à sistematização do direito educacional*. São Paulo.
- Di Pietro, M. S. Z. (2003). Limites da função reguladora das agências diante do princípio da legalidade. In: Di Pietro M. S. Z. (org.) *Direito regulatório. Temas polêmicos*. Belo Horizonte: Fórum.
- Di Pietro, M. S. Z. (2007). *Direito Administrativo*. Atlas, 20 ed. São Paulo.
- Diniz, M. (2001). *Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais*. Rio de Janeiro: Revan.
- Dooley, L. M. (2002). *Case Study Research and Theory Building*. Issue published: August 1 . Capturado em 20 de junho de 2017.
- Draibe, S. *Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Durham, E. (2003). *O ensino superior no Brasil: público e privado*. Centro de Estudos Brasileiros e pelo Departamento de Estudos Educacionais da Universidade de Oxford. Inglaterra.
- Durham, E. (2003). *O ensino superior em São Paulo - Diagnóstico*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (Nupps/USP).
- Favero, M. L. de A. (1977). *A Universidade Brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes.
- Felix, L. P. M. (2006). *A educação como bem público*. Perspectivas da regulação do ensino superior no estado de parceria. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/educacaocomobempublico.pdf>, acesso em 10 set.
- Ferreira, A. B. de H. (2010). *Dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo.

- Ferreira, N.S.C. (2000). Tecnologia educacional e o profissional no Brasil: sua formação e a possibilidade de construção de uma cultura humana. *Revista Tecnologia Educacional*, ano XXVI, v. 26, n. 141, abr./mai./jun.
- Flick, U. (1998). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Morata Fontana.
- Flick, U. (2002). Entrevista Episódica. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G. (orgs.). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Um Manual Prático. Vozes: Petrópolis.
- Fórum das entidades representativas do ensino superior privado. *VIII Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular "Brasil: Realidade e Tendências para a Educação Superior"*. Carta do Rio de Janeiro, de 15 maios 2015. Disponível em: www.forumensinosuperior.org.br Acesso em 10 jun 2017.
- Freitag, B. (1979). *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo Moraes Editora.
- Gadotti, M. (1999). *Qualidade da educação*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- Gandin, D. (2005). Posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. *Currículo sem Fronteira*, v.1, n. 1, jan./jun., 2001, pp. 81-95.
- Garrido, S. P. e Anastasiou, L. das G. (2002). *Docência do Ensino Superior*. São Paulo: Cortez, 2002.
- Guimarães, V. S. (2006). A socialização profissional e profissionalização docente: um estudo baseado no professor recém-ingresso na profissão. In: Guimarães, V. S. (Org). *Formar para o mercado ou para a autonomia? O papel da universidade*. Campinas, SP: Papirus.
- Hamel, G.C.K. (1997). *Competindo pelo Futuro*. São Paulo: Campus.
- Harvey, D. (1989). *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- Harvey, D. (2013). *Os Limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Inep. (2014). *Censo da Educação Superior 2014 - Notas Estatísticas*. Brasília: MEC/Inep. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos

- tos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>.
Acessado em 24 de julho de 2017.
- Jacques, M.G. C., et al. (2008) *Relações sociais e ética* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Kuhn, S. T. (2007). *A estrutura das revoluções científicas*. 9 ed. São Paulo: Perspectiva.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. de A. (1987). *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: editora Atlas.
- Latorre, A. (2003). *La Investigación Acción*. Barcelona: Graó.
- Laville, C. & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed.
- Leininger, M. (1991). *Culture Care*. Diversity & Universality: a Theory of Nursing. New York: National League for Nursing Press.
- Leininger, M. (1995). *Qualitative research methods in Nursing*. Orlando. Grune & Stratton
- Lessard, C. (2006). A universidade e a formação profissional dos docentes: Novos questionamentos. *Educação & Sociedade*, 27(94), 223-249.
- Lessard-Hébert, M., Goyete, G. & Boutin, G. (2012). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lincoln, Y.S. & Guba, E.G. (1985). Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Luck, H. (2008). *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Editora Positivo.
- Lüdke, M & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- March, J. (1991). Exploration e Exploitation in Organizational Learning. *Organizational Science*, v. 2. n. 1, p. 71-87
- Maroy, C. & Dupriez, V. (2000). La régulation dans les systèmes scolaires: proposition théorique et analyse du cadre structurel en Belgique francophone. *Revue Française de Pédagogie*. Paris, n. 130, p. 73-87, jan./mar.

- Maroy, C. (2011). Em direção a uma regulação pós-burocrática dos sistemas de ensino na Europa? In: Oliveira, D. A. & Duarte, A. (orgs.). *Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- Martins, C. B. (2008). A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, v. 30, n. 106, p. 15-35.
- Martins, C. B. (1981). *Ensino pago: um retrato sem retoques*. São Paulo: Global. Coleção Teses.
- Martins, G. A. (2010). *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Martins, S. P. (2010). *Comentários à CLT*. 14ª. São Paulo: Atlas.
- Masetto, M. T. (2003). *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Hucitec.
- Maués, O. (2009). Regulação educacional, formação e trabalho docente. *Est. Aval. Educ.*, vol. 20, n. 44. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1532/1532.pdf>>. Acessado em 12 de setembro de 2017.
- Miles, M. B. & Huberman, A. M. (1984). *Qualitative Data Analysis: A Sourcebook of New Methods*. California; SAGE publications Inc.
- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2010). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moreira, T. A. (1997). Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. *Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 127-148, abr./jun.
- Morin, E. (1985). *A Religação dos Saberes – O Desafio do Século XXI*. São Paulo, Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2007). *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina.
- Morosini, M. C. (Org.) (2000). *Professor do ensino superior: identidade, docência e formação*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

- Nunes, E. (2012). *Teias de relações ambíguas: regulação e ensino superior*. Brasília: MEC-INEP.
- Oliveira, A. C. (2002). Histórico da educação superior no Brasil. In: Soares, M. S. A. (org). *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.
- Oliveira, T. S. & Yannoulas, S. C. (2013). *Avatares de Prometeu: duas décadas de avaliação e regulação das políticas educacionais*. Linhas Críticas. Brasília, DF, v. 19, n. 38, p. 71-88, jan./abr.
- Pereira, B. (2003). *Reforma do estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Paro, V. H. (2000). *Por dentro da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Xamã.
- Paro, V. H. (1997). *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática.
- Perrenoud, P. (2000). *As competências para ensinar no século XXI*. Porto Alegre: Artmed.
- Pesquisa nacional por amostra de domicílios (2016). *Síntese de indicadores 2015*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acessado em 14 de agosto de 2017.
- Pimenta, S. G. & Anastasiou, L. das G. C. (2002). *Docência no Ensino Superior*. São Paulo: Cortez.
- Pochmann, M. (2004). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade*. São Paulo: Cortez.
- Polidori, M. M., Marinho-Araujo, C. M., & Barreyro, G. B. (2006). *SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 14(53), 425-436.
- Richardson, R. J. (2009). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rodriguez, J. (1999). *Os empresários e a educação superior*. Campinas: Autores Associados.
- Sady, J. J. (1996). *Direito do trabalho do professor*. São Paulo: LTr.

- Sampaio, H. & Durham, E. R. (1998). *O Setor privado na América Latina: uma análise comparativa*. São Paulo: Núcleo de pesquisas sobre ensino superior da USP.
- Sampaio, H. & Klein, L. (1994). Políticas de ensino superior na América Latina – uma análise comparada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 25:85-109.
- Sampaio, H. (2009). *Ensino superior no Brasil – o setor privado*. São Paulo: FAPESP/Hucitec.
- Sampaio, H. (2011). O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. *Educação e Lucro*. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>>. Acessado em: 22 de setembro de 2017.
- Schwartzman, S. (2008). O “conceito preliminar” e as boas práticas de avaliação do ensino superior. *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, n. 38, p. 9-32, dez.
- Scott, J. K. (1998). Quantitative versus qualitative research: An attempt to clarify the issue. *Educational Research*, 12, 6-13.
- Semesp (2015). *Mapa do Ensino Superior no Brasil*. Disponível em: <<http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>. Acessado em: 12 de agosto de 2017.
- Sguissardi, V. (2006). Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, out.
- Silva JR, J. dos R. e Sguissardi, V. (2001). *Novas faces da Educação Superior no Brasil*. São Paulo: Pioneira.
- Silva, A. L. da. (2013). *O papel da universidade no desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- Silva, E. A. A. (2004). *O burocrático e o político na administração universitária*. Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola). Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho. Disponível em:

<<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/16324/1/TESE%20DOUTORAMENTO-EUGENIO.pdf>>. Acessado em 20 de agosto de 2017.

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação (2009), 5ª ed., revisada e ampliada – Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Soares, M. S. A. (2002). Os principais atores da educação superior no Brasil In: (Org.). *A educação superior no Brasil*. Brasília: CAPES, 2002. p. 154-172.

Sousa, J. V. de (2012). Avaliação e Regulação na educação superior brasileira: concepção, natureza e finalidades. In: Cunha, C., Sousa, J. V. & Silva, M. A. (orgs.). *Universidade e Educação Básica, políticas e articulações possíveis*, Brasília, Liber Livro.

Spradley, J. P. (1980). *Participant Observation*. Orlando. Florida. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.

Stake, R. (2011). *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tashakkori, A., & Teddlie, C. (1998). Mixed methodology: Combining qualitative and quantitative approaches. *Applied Social Research Methods Series* (Vol. 46). Thousand Oaks, CA: Sage.

Teixeira, A. (1994). *Educação não é privilégio*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Unesco. (2009). *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*. Relatório Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris, França.

Vásquez, R. R., & Angulo, R. F. (2003). *Introducción a los estudios de casos*. Los primeiros contactos con la investigación etnográfica. Málaga: Ediciones Aljibe.

Vianey, J. (2009). A ameaça de um modelo único para a EaD no Brasil a ameaça de um modelo único para a EaD no Brasil. *Colabor@-Revista Digital da CVA-RICESU*, vol. 5. n. 17, julho 2008. Disponível em <<http://www.ricesu.com.br/colabora/n17/index1.htm>> Acesso em 16 fevereiro 2016.

- Yacuzzi, E. (2005). *El estudio de caso como metodologia de investigación: teoría, mecanismos causales, validación*. (Serie Documentos de Trabajo). Disponível em: <<http://www.cema.edu.ar/publicaciones/download/documentos/296.pdf>>. Acessado em 04 de setembro de 2017.
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso*. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman.
- Zabalza, M. A. (2002). *O Ensino Universitário: seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre: Artmed.
- Zanelli, J. C. (2002). *O psicólogo nas organizações de trabalho*. Porto Alegre: Artmed.

REFERÊNCIA DOCUMENTAL

- Brasil. (1997). *Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997*. Revogado pelo Decreto nº 3.860, de 9.7.2001. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm#art22>. Acessado em 23 de agosto de 2017.
- Brasil. (2004). *Lei nº 11.079, De 30 De Dezembro De 2004*. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm>. Acessado em 12 de agosto de 2017.
- Brasil. (2006). *Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006*. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>. Acessado em 12 de setembro de 2017.

Brasil. (2014). *Plano Nacional de Educação 2014-2024*: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03htm./Constituicao/Constitui%Eom>. Acesso em: 9 maio 2017.

Brasil. (1996). *Decreto 2.026, de 10 de outubro de 1996*. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior.

Brasil. (1996). Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília, dez. 1996. Disponível em: . Acesso em: 21 de Fevereiro. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Solicitação para realização da pesquisa na instituição de ensino superior privada

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO
MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO

Investigador: Gustavo Luís Moura Chagas
Orientadora: Profa. Dra. Anabela Sousa – ESE/Porto/PT

ILMO. SR. _____
GESTOR UNIVERSIDADE SUCESS

Nesta

Gustavo Luís Moura Chagas, professor, nesta instituição, vem mui respeitosamente solicitar permissão para realizar pesquisa de campo nessa referida instituição de ensino superior privado, que culminará com nossa dissertação de mestrado sob a orientação da Dra. Anabela Sousa do Instituto Politécnico do Porto – IPP. Tal pesquisa envolve observação do campo investigado e entrevistas com gestores e professores da referida IES, além de consulta aos documentos pertinentes ao Ato Legal de Credenciamento da mesma e seu Estatuto e/ou Regimento Institucional.

Certo de sua disponibilidade, atenciosamente,

São Luís, Maranhão 20 de junho de 2017

Gustavo Luís Moura Chagas (Pesquisador)

Autorizo, ____/____/____

Carimbo e Assinatura do representante legal da IES

APÊNDICE B: Termo de Consentimento livre e esclarecido

Estamos realizando, no âmbito do Curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Especialização em Administração das Organizações Educativas, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, uma pesquisa com o título provisório de “REGULAÇÃO BUROCRÁTICA PROFISSIONAL COM VISTAS AOS DEVERES E DIREITOS DOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO: um estudo de caso” e queremos convidá-lo(a) a participar da mesma. Sua participação é opcional.

Caso aceite participar deste projeto de pesquisa gostaríamos que soubesse que a análise dos resultados obtidos através do questionário e da entrevista será utilizada na elaboração dessa Dissertação de Mestrado, podendo ser divulgados em periódicos ou congressos científicos, com garantia de identidade preservada dos sujeitos envolvidos. Para autorizar sua participação preencha, por favor, o espaço abaixo:

Eu, _____ RG: _____
_____ aceito participar da pesquisa acima especificada. Declaro ter recebido as devidas explicações sobre a referida pesquisa e estou ciente de que minha desistência poderá ocorrer a qualquer momento sem que ocorram quaisquer prejuízos. Declaro, ainda, estar ciente de que a participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa.

Certos de podermos contar com sua autorização, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Data: ____/____/____

Mestrando Investigador - Gustavo Luís Moura Chagas

APÊNDICE C: Inquérito por questionário aplicado aos professores

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

GÊNERO

Masculino ()

Feminino ()

IDADE

() Entre 20 a 30 anos

() Entre 30 a 50 anos

() Mais de 50 anos

TEMPO DE FORMAÇÃO SUPERIOR

De 1 a 5 anos ()

De 5 a 10 anos ()

De 10 a 20 anos ()

Mais de 20 anos ()

TEMPO NA INSTITUIÇÃO

De 1 a 5 anos ()

De 5 a 10 anos ()

De 10 a 20 anos ()

Mais de 20 anos ()

OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO E QUESTÕES RELACIONADAS

OBJETIVO 1 – CONHECER AS CONDIÇÕES ATUAIS DE OFERTA DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL.

1. Gostaria de conhecer sua opinião sobre as condições atuais do ensino superior privado no Brasil.
2. Você considera que o ensino superior privado no Brasil está em concordância com o que preceitua a legislação vigente?
3. Como você caracteriza a regulação do Estado brasileiro, que é feita pelo Ministério da Educação - MEC, sobre as instituições de ensino superior privado? (Pode ser mais de uma opção.)
 - 3.1 Burocrática (*obediência aos vários níveis hierárquicos*) ()

3.2 Controladora (*regramento das atividades desenvolvidas nas instituições*) ()

3.3 Mediadora (*Estabelece soluções conciliando os interesses envolvidos*) ()

OBJETIVO 2 – CARACTERIZAR A REGULAÇÃO BUROCRÁTICA FEITA PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR SOBRE O PROFESSOR. (REGULAÇÃO BUROCRÁTICA SIGNIFICA ESTABELECIMENTOS DE REGRAS NOS DIVERSOS NÍVEIS HIERÁRQUICOS)

1. Quais os objetivos da regulação burocrática sobre os profissionais de ensino nas instituições de ensino superior privado?
() Tem apoio dos entes federados (MEC, CAPES)
() É de responsabilidade da instituição privada para garantir seus direitos jurídicos
() Atende aos interesses profissionais dos professores
() Está orientada pelas políticas sindicais
2. Considera que a regulação profissional burocrática na instituição de ensino superior privada pode ser vista como controladora? Em que circunstâncias?
3. Considera ser possível que haja a regulação profissional burocrática mediadora do processo educativo desenvolvido pela instituição de ensino superior privado? (***soluções conciliadoras nas controvérsias entre professores e alunos***)
() Sim () Não

OBJETIVO 3 – DESTACAR OS DIREITOS QUE ESTÃO GARANTIDOS AOS PROFISSIONAIS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO A PARTIR DA REGULAÇÃO PÓS-BUROCÁTICA INSTITUÍDA PÓS-LDB 9394/96.

1. Identifique quais os direitos que sua instituição garante aos seus profissionais (do ensino superior privado) a partir da regulação pós-burocrática instituída pós-LDB 9.394/96.
 - () Direito a férias
 - () Direito a repouso remunerado
 - () Direito de se ausentar do trabalho pelo menos 2 dias do mês para tratar de assuntos particulares
 - () Direito licença maternidade e paternidade
 - () Direito de tempo intercalado de aulas semanais
 - () Direito de trabalhar 40 horas semanais

Caso conheça algum outro direito que não esteja explicitado, por favor, identifique-o.

2. Destaque os pontos de conflito relacionados com a garantia dos direitos dos profissionais do ensino superior privado, a partir da regulação pós-burocrática instituída pós-LDB 9394/96.
 - () Nem todos os direitos estão garantidos na realidade
 - () Alguns desses direitos são negados sob pena de demissão

OBJETIVO 4 – ENUMERAR OS DEVERES EXIGIDOS AOS SEUS PROFISSIONAIS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO A PARTIR DA REGULAÇÃO PÓS-BUROCÁTICA INSTITUÍDA PÓS-LDB 9394/96.

1. O que é que tem sido concretizado/realizado para garantir que os direitos dos profissionais do ensino superior privado, a partir da regulação pós-burocrática, instituída pós-LDB 9394/96 sejam respeitados? Esta instituição exige do seu profissional?
 - () Produção intelectual
 - () Pesquisa Científica

- ☐ Regime de trabalho integral
- ☐ Pós-graduação *stricto sensu*

2. Os profissionais do ensino superior privado cumprem relativamente, seus deveres? Em qual proporção?

- ☐ 100% ☐ 75% ☐ 50% ☐ 25%

3. Quais as situações que não foram cumpridas nos dois últimos anos letivos?

- ☐ relacionadas ao ensino e aprendizagem dos alunos;
- ☐ relacionadas a frequência;
- ☐ relacionadas a pontualidade dos professores;
- ☐ relacionadas a assiduidade dos professores
- ☐ relacionadas a aplicação e devolutiva das avaliações das

aprendizagens

(...) outra

4. Em relação às questões colocadas, quer acrescentar alguma coisa ou quer corrigir alguma informação que tenha dado?

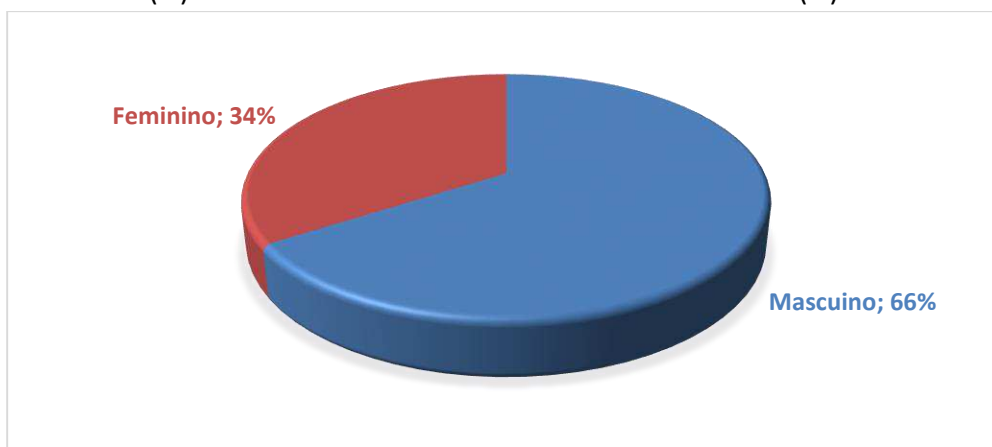
APÊNDICE D: Dados recolhidos do Inquérito por questionário aplicado aos professores

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

GÊNERO

Masculino ()

Feminino ()



Gênero

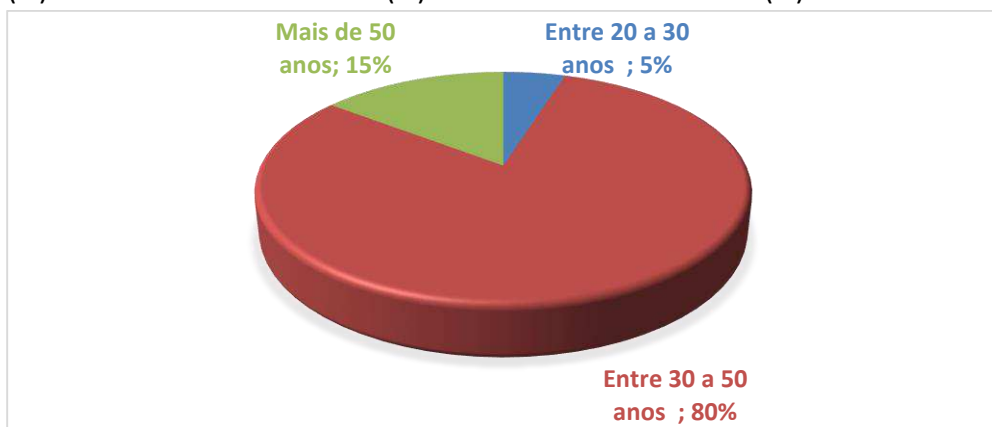
Fonte: O pesquisador

IDADE

() Entre 20 a 30 anos

() Entre 30 a 50 anos

() Mais de 50 anos

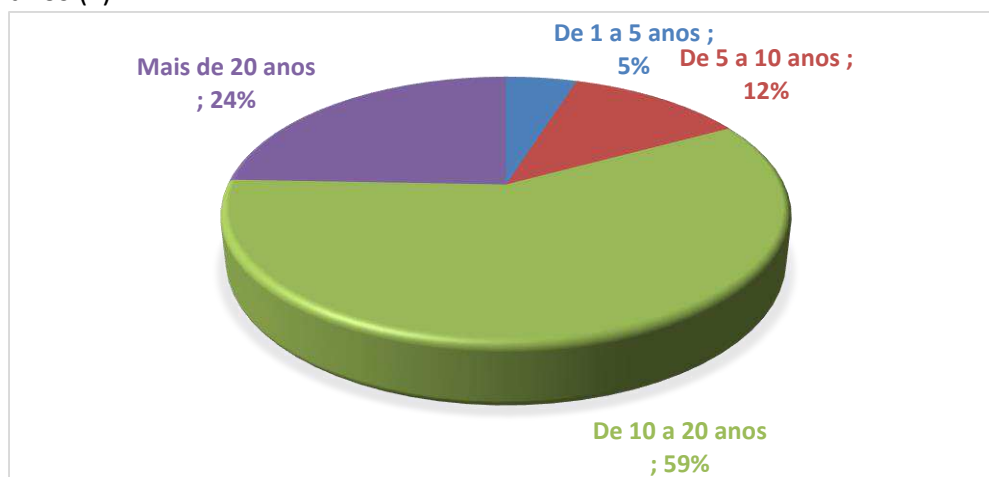


Idade

Fonte: O pesquisador

TEMPO DE FORMAÇÃO SUPERIOR

De 1 a 5 anos () De 5 a 10 anos () De 10 a 20 anos () Mais de 20 anos ()



Tempo de Formação Superior
Fonte: O Pesquisador

TEMPO NA INSTITUIÇÃO

De 1 a 5 anos () De 5 a 10 anos () De 10 a 20 anos () Mais de 20 anos ()



Tempo na instituição
Fonte: O pesquisador

OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO E QUESTÕES RELACIONADAS

OBJETIVO 1 – CONHECER AS CONDIÇÕES ATUAIS DE OFERTA DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL.

4. Gostaria de conhecer sua opinião sobre as condições atuais do ensino superior privado no Brasil.

Respostas:

- a) *As privadas estão melhores que as públicas*
- b) *São orientadas pelas demandas do mercado; pouco democratizado na oferta; ensino tecnicista e pouco crítico;*
- c) *Meras comerciantes de diplomas;*
- d) *Regular*
- e) *Tanto público quanto privado a qualidade precisa melhorar;*
- f) *Muito boa, no mesmo nível ou superior às públicas qualidade e eficiência;*
- g) *Grande contingente populacional e menor conhecimento;*
- h) *Precário;*
- i) *Há instituições sem compromisso com a formação do aluno;*
- j) *Mercantilista;*
- k) *Estrutura física adequada, porém pouca qualificação stricto sensu;*
- l) *Ensino de baixa qualidade;*
- m) *Estrutura burocrática, complexa, pouco efetiva;*
- n) *Burocrática e politizada;*
- o) *Necessita de investimentos em pesquisa.*

5. Você considera que o ensino superior privado no Brasil está em concordância com o que preceitua a legislação vigente?

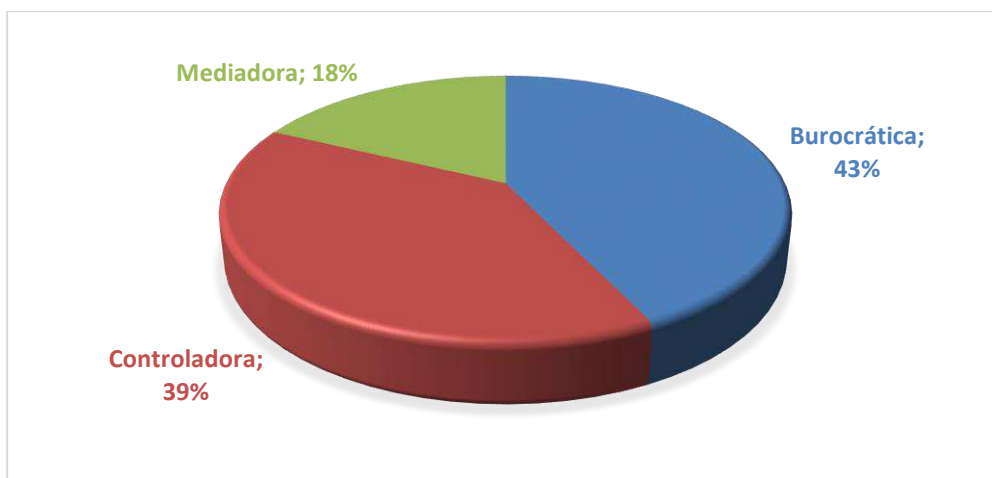


O ensino superior está de acordo com a legislação vigente

Fonte: O Pesquisador

Algumas observações:

- a) A privatização e a lógica inviabiliza;
 - b) Precisa se adequar às demandas da legislação e do mercado de trabalho;
 - c) Comprometida com alguns gargalos estruturais;
 - d) Precisa adequar-se mais;
 - e) Tem sofrido pressões por alterações.
6. Como você caracteriza a regulação do Estado brasileiro, que é feita pelo Ministério da Educação - MEC, sobre as instituições de ensino superior privado? (Pode ser mais de uma opção.)
- 6.1 Burocrática (*obediência aos vários níveis hierárquicos*) ()
 - 6.2 Controladora (*regramento das atividades desenvolvidas nas instituições*) ()
 - 6.3 Mediadora (*Estabelece soluções conciliando os interesses envolvidos*) ()

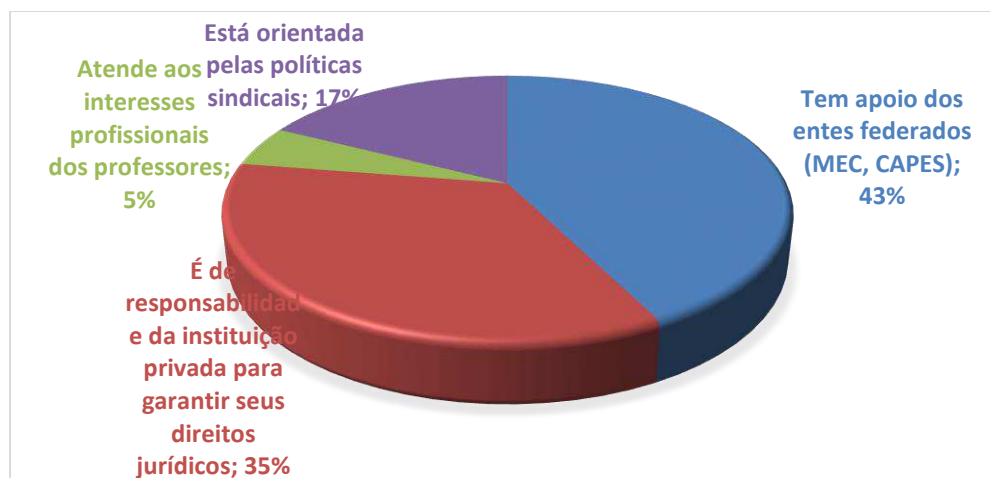


Característica da regulação do Estado brasileiro feita pelo MEC

Fonte: O Pesquisador

OBJETIVO 2 – CARACTERIZAR A REGULAÇÃO BUROCRÁTICA FEITA PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR SOBRE O PROFESSOR. (REGULAÇÃO BUROCRÁTICA SIGNIFICA ESTABELECIMENTOS DE REGRAS NOS DIVERSOS NÍVEIS HIERÁRQUICOS)

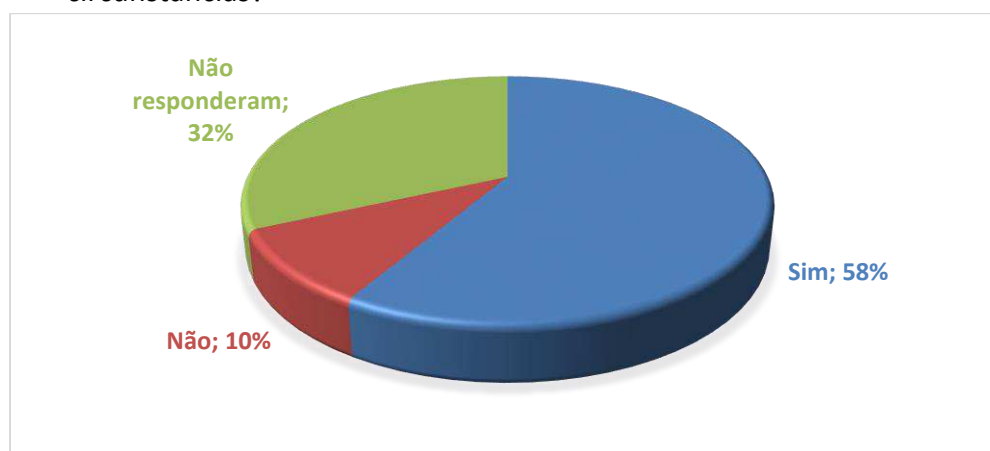
4. Quais os objetivos da regulação burocrática sobre os profissionais de ensino nas instituições de ensino superior privado?
- () Tem apoio dos entes federados (MEC, CAPES)
 - () É de responsabilidade da instituição privada para garantir seus direitos jurídicos
 - () Atende aos interesses profissionais dos professores
 - () Está orientada pelas políticas sindicais



Objetivos da regulação burocrática sobre os profissionais de ensino nas instituições de ensino superior privado

Fonte: O Pesquisador

5. Considera que a regulação profissional burocrática na instituição de ensino superior privada pode ser vista como controladora? Em que circunstâncias?



A regulação profissional burocrática na instituição de ensino superior privada pode ser vista como controladora? Em que circunstâncias?

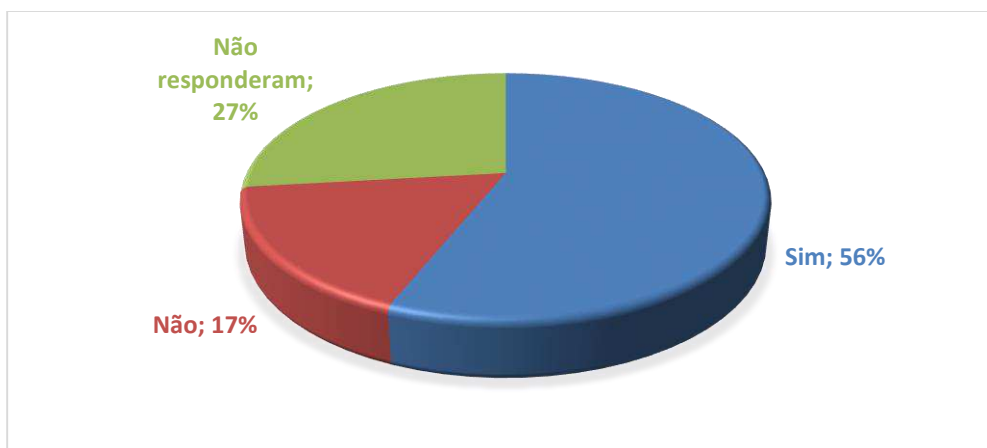
Fonte: O Pesquisador

Observações:

- a) MEC: regulador e controlador;
- b) Controle normativo e administrativo;
- c) Falta de autonomia às IES;
- d) Para garantia de direitos;
- e) Aperfeiçoamento da instituição;
- f) Mediante controle de ponto e reuniões administrativas;
- g) Ferramentas de controle (ENADE, Avaliações MEC);
- h) Matrizes curriculares
- i) Quando o que importa são os resultados tangíveis, mensuráveis;
- j) Gestão responsável pelo cumprimento e acompanhamento para efeito de comprovações;
- k) Quando os interesses dos profissionais não são considerados relevantes a partir de uma discussão prévia.

6. Considera ser possível que haja a regulação profissional burocrática mediadora do processo educativo desenvolvido pela instituição de ensino superior privado? (***soluções conciliadoras nas controvérsias entre professores e alunos***)

() Sim () Não



Há a regulação profissional burocrática mediadora do processo educativo desenvolvido pela IES privado

Fonte: O Pesquisador

Observações:

- a) *Ser amplamente discutido com os professores;*
- b) *As conciliadoras acontecem quando há comprometimento e confiança;*
- c) *Dar maior autonomia às IES;*
- d) *Maior frequência, maior interação com o corpo docente;*
- e) *Procedimento interno de controle com relação aos discentes.*

OBJETIVO 3 – DESTACAR OS DIREITOS QUE ESTÃO GARANTIDOS AOS PROFISSIONAIS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO A PARTIR DA REGULAÇÃO PÓS-BUROCRÁTICA INSTITUÍDA PÓS-LDB 9394/96.

3. Identifique quais os direitos que sua instituição garante aos seus profissionais (do ensino superior privado) a partir da regulação pós-burocrática instituída pós-LDB 9.394/96.

- () Direito a férias
- () Direito a repouso remunerado
- () Direito de se ausentar do trabalho pelo menos 2 dias do mês para tratar de assuntos particulares
- () Direito licença maternidade e paternidade
- () Direito de tempo intercalado de aulas semanais
- () Direito de trabalhar 40 horas semanais



Direitos garantidos pela instituição

Fonte: O Pesquisador

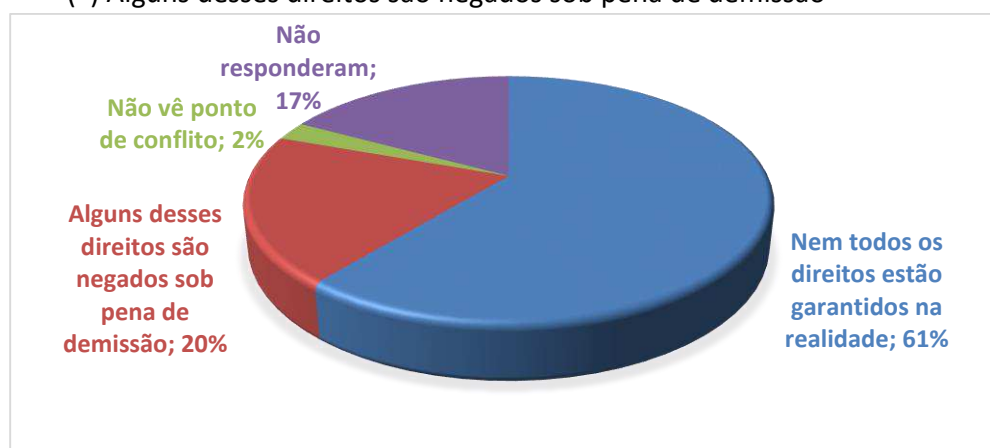
Caso conheça algum outro direito que não esteja explicitado, por favor, identifique-o.

Respostas:

- a) *Vantagem como insalubridade;*
- b) *Quinquênio, por exemplo, assim como PCS*

4. Destaque os pontos de conflito relacionados com a garantia dos direitos dos profissionais do ensino superior privado, a partir da regulação pós-burocrática instituída pós-LDB 9394/96.

- () Nem todos os direitos estão garantidos na realidade
- () Alguns desses direitos são negados sob pena de demissão



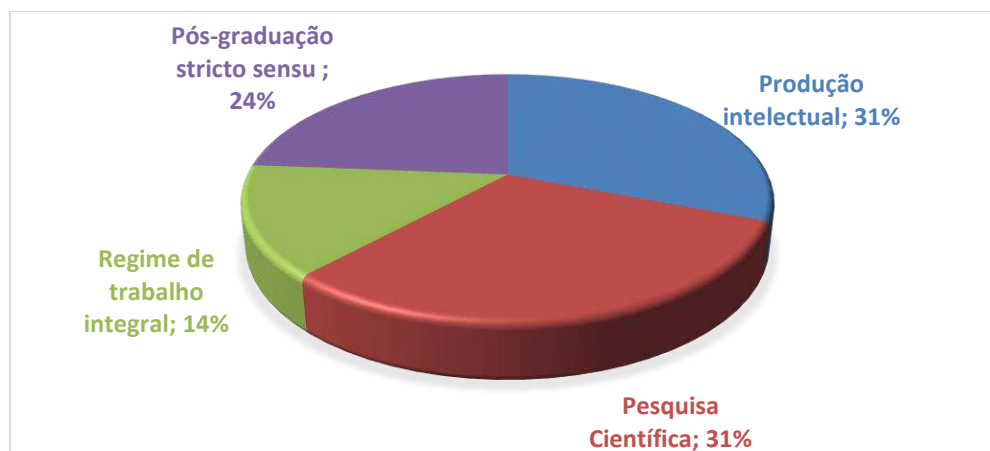
Os pontos de conflito relacionados com a garantia dos direitos dos profissionais do ensino superior privado

Fonte: O Pesquisador

OBJETIVO 4 – ENUMERAR OS DEVERES EXIGIDOS AOS SEUS PROFISSIONAIS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO A PARTIR DA REGULAÇÃO PÓS-BUROCÁTICA INSTITUÍDA PÓS-LDB 9394/96.

5. O que é que tem sido concretizado/realizado para garantir que os direitos dos profissionais do ensino superior privado, a partir da regulação pós-burocrática, instituída pós-LDB 9394/96 sejam respeitados? Esta instituição exige do seu profissional?

- () Produção intelectual
- () Pesquisa Científica
- () Regime de trabalho integral
- () Pós-graduação *stricto sensu*

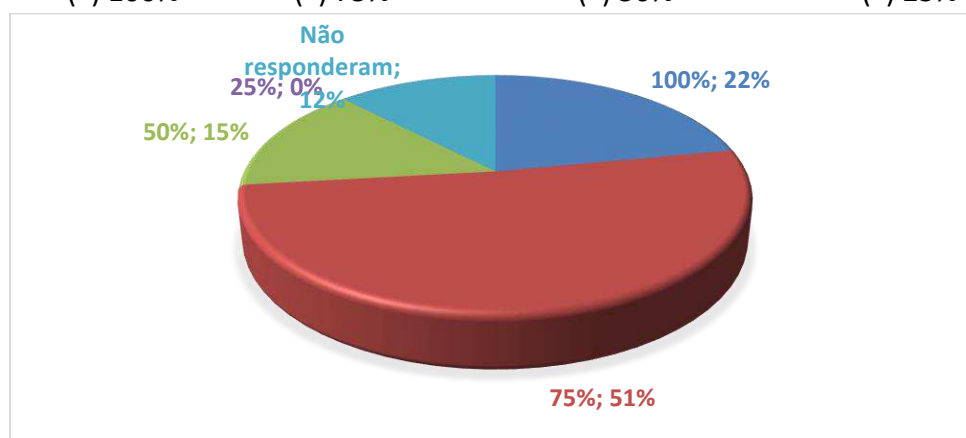


O que tem sido concretizado/realizado para garantir que os direitos dos profissionais do ensino superior privado

Fonte: O Pesquisador

6. Os profissionais do ensino superior privado cumprem relativamente, seus deveres? Em qual proporção?

() 100% () 75% () 50% () 25%



Em

que proporção os profissionais do ensino superior privado cumprem seus deveres

Fonte: O Pesquisador

7. Quais as situações que não foram cumpridas nos dois últimos anos letivos?

- () relacionadas ao ensino e aprendizagem dos alunos;
- () relacionadas a frequência;
- () relacionadas a pontualidade dos professores;
- () relacionadas a assiduidade dos professores
- () relacionadas a aplicação e devolutiva das avaliações das aprendizagens
- (...) outra



Situações que não foram cumpridas nos dois últimos anos letivos
 Fonte: O Pesquisador

Outras:

- a) *Comprometimento com os conteúdos;*
- b) *Dificuldades dos docentes;*
- c) *Baixa remuneração.*

8. Em relação às questões colocadas, quer acrescentar alguma coisa ou quer corrigir alguma informação que tenha dado?



Acrescentar alguma coisa ou corrigir alguma informação que tenha dado
 Fonte: O Pesquisador

Acréscimos:

- a) *Descumprimento da legislação*
- b) *Atraso na progressão funcional docente;*
- c) *Questões sobre ensino, aprendizagem e conteúdo*

**APÊNDICE E: ENTREVISTA COM A DIRETORA PEDAGÓGICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA
UNISUCCESS**

Cheguei ao UNISUCCESS às 9:45 da manhã para mais uma etapa da pesquisa do meu mestrado. Fui recebido na sala da direção pedagógica às 10:15, onde iniciei a entrevista com a Professora R, (codinome dado a Diretora Pedagógica da UNISUCCESS). Após as formalidades de autorização, faço-lhe a primeira pergunta sobre: Quais atividades são desenvolvidas nessa instituição? Resposta da Entrevistada - *“Nós temos o “serviço de recepcionamento aos novos alunos”, temos a “intervenção educacional” e a seguir o acompanhamento pedagógico” os quais ajudam a fazer o diferencial educativo em nossa instituição, além disso, damos uma assessoria pedagógica e profissional aos professores, na medida das suas necessidades, por vezes, quando estão com problemas de saúde, familiares ou mesmo conjugais. Como você pode ver somos uma universidade privada que tem um diferencial em relação as outras que estão aí no mercado. Mas nossa principal atividade é mesmo o ensino superior inicial e continuado, temos os cursos de graduação em diversas áreas, de pós-graduação lato sensu, que chamamos de Especialização, também em diversas áreas que você deve conhecer, temos os cursos de pós-graduação stricto-sensu com mestrados em áreas específicas.*

A seguir fiz a segunda pergunta, versando sobre nosso tema de dissertação: Quais os direitos e deveres que tem os professores dessa universidade?

Respondeu-nos a Professora R (Diretora Pedagógica da UNISUCCESS): *Vamos por parte: em relação aos direitos, todos os nossos professores estão amparados pela CLT que é a Lei de Consolidação das leis Trabalhistas responsável pela regulamentação dos contratos de trabalhos de profissionais da educação das instituições privadas, além disso temos os sindicatos por área de conhecimento (Saúde, Advocacia, Engenharias, etc...) estes sindicatos sempre estão procurando brechas para nos acionar na justiça do trabalho, assim agimos dentro da lei para não sermos pegos de surpresa e nos prejudicarmos economicamente. Pois, o trabalhador do ensino tem seu direito*

garantido por lei e deve ser respeitado por fazer uma atividade que é importante para sociedade. Afinal de contas nós formamos a maioria da mão de obra qualificada desse Estado (Maranhão) inclusive de pessoas que vão para outros estados qualificados por nós, somos referência por qualidade de serviço oferecido a sociedade e por tempo que estamos nesse mercado, somos pioneiros na atividade de ensino privado no Maranhão, se tiveram outros não tinham nossa qualidade, enfim não negamos os direitos garantidos em lei aos nossos professores, eles possuem direito a férias, licença maternidade e paternidade, só trabalham 40 horas semanais, tem sempre um dia na semana livre, para resolver seus problemas particulares e por vezes participarem de reuniões pedagógicas”, disse-nos a Sra. R. Em seguida dando continuidade a entrevista, perguntamos: E em relação aos deveres, seus professores cumprem seus deveres? Respondeu-nos a Sra. R

“Sim, 99% cumpre seus deveres que são os de ministrarem suas aulas, utilizando seus programas de ensino, com metodologias modernas, afinal damos aqui todas as condições estruturais (laptops, Datashow, material de xerox em tempo hábil, uma biblioteca 100% atualizada tanto de obras atualizadas quanto online) dessa forma só cabe ao professor ter interesse para fazer um bom trabalho. Outro dever dos professores é ser pontual, assíduo, responsável, respeitar as regras da universidade, tudo isso é dito a ele quando de sua contratação e a maioria dos nossos professores estão conosco há muito tempo”. Pergunto-lhe qual média de tempo, e ela disse-me “temos professores com 15 anos de casa, como temos professores com 01 ano de casa” em continuação disse-nos a referida professora: “Temos aqui professores que entraram para a instituição só com graduação e aqui com nosso apoio, dando-lhe tempo disponível em nosso quadro de horários, foi se especializando e agora já tem doutoramento, isso é bom, porque ele se sente parte da casa, é agradecido por ter ido mais além profissionalmente com nosso apoio, fazemos até convênios com instituições formadoras do país e do exterior para ajudarem na formação dos nossos professores. Claro que quem paga as despesas são eles, mas nós damos o apoio que nos cabe”.

Então, perguntei a Sra. R. sobre o que ela saberia me dizer de “Regulação Burocrática” na educação superior, e ela me respondeu: “Nossa educação brasileira é regulamentada pela Lei de Bases da Educação, que são as diretrizes que temos de seguir para a oferta dos cursos, depois o MEC tem as instâncias que normatizam as cargas horárias, tem a exigência do Projeto Pedagógico de cada curso que apresenta as ementas da disciplinas e as respectivas cargas horárias. Formas de avaliação e de terminalidade, assim tudo é regulado e nós seguimos essa regulação e exigimos dos professores que a sigam também.”.

Aí perguntamos a Sra. R. sobre a regulação do MEC relacionada a oferta de vagas e de cursos, no que ele disse-nos: “ Você está estudando sobre esse assunto e deve saber que são muitas as exigências do MEC sobre a oferta de vagas e de abertura de novos cursos, tudo deve obedecer as resoluções específicas que o MEC faz para cada caso, nossas turmas são grandes e quando somos avaliados só aceitam nossas turmas com um número de alunos a maior da média porque trabalhamos com uma estrutura compatível com essa modalidade de oferta, nossos professores tem disposição microfones de lapela, daqueles usados nas televisões onde os repórteres falam com esses microfones invisíveis.

*Por fim perguntei a Sra. R. se a mesma caracterizaria a atuação da UNISUCCESS tendo em vista a regulação burocrática imposta pelo MEC, no que ela me respondeu: *Burocrática, mas conciliadora e mediadora, nunca impondo de forma autoritária, nós negociamos de forma que as partes se sintam bem.**

Nesse momento, encerramos a entrevista porque a mesma disse estar com outro compromisso, agradecemos e nos despedimos.